



**Uma Breve Análise do Pensamento Smithiano como motor para o
Desenvolvimento Económico e Social**

Mestrado em Solicitadoria de Empresa

Márcio Gustavo Chaves Galvão de Alcântara

Leiria, setembro de 2020



**Uma Breve Análise do Pensamento Smithiano como motor para o
Desenvolvimento Económico e Social**

Mestrado em Solicitadoria de Empresa

Márcio Gustavo Chaves Galvão de Alcântara

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor Eugénio Lucas,
Professor da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Leiria, setembro de 2020

Dedicatória

À minha amada mãe
À minha querida amiga
Aos meus irmãos

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço à minha família e a todos meus amigos que me influenciaram positivamente para a construção e desenvolvimento deste trabalho e pelo apoio dado, sem o qual não seria possível realizá-lo.

Em especial a minha amada mãe, Maria da Conceição Chaves, pelo amor e carinho incondicional dado nestes dois últimos anos.

À minha amiga Josilene Soares, pelo companheirismo em todo percurso do mestrado. Sinceramente, não seria o mesmo sem você.

À minha irmã de coração Tatiana Hirakawa, pela atenção e apoio sempre concedido em todas as leituras deste trabalho.

À minha querida amiga Marília Porto, pela convivência, humor e amizade das quais jamais esquecerei.

Agradeço a todos os professores e colegas do mestrado, pelos momentos de partilha, incentivo e companheirismo no decorrer de todo o curso.

Agradeço à Professora Doutora Ana Lambelho, tanto como docente, quanto como coordenadora do mestrado, por toda atenção e zelo que foi dado desde o primeiro dia de aula.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Eugénio Lucas, pela orientação, dedicação e disponibilidade em todo caminho, sem o qual também não seria possível a conclusão deste trabalho.

Por fim e acima de tudo, agradeço à D'us por cada oportunidade, privilégio e dificuldade superada até chegar neste momento.

“Mal entrou em casa, Geppetto logo tomou as ferramentas e começou a talhar e fabricar o seu boneco.

— Que nome lhe darei? — disse para si mesmo. — Quero que se chame Pinóquio. Este nome lhe trará sorte. Conheci uma família inteira de Pinóquios: Pinóquio pai, Pinóquio mãe e Pinóquio filhos, e todos estavam muito bem. O mais rico deles pedia esmola”.

As Aventuras de Pinóquio, Capítulo I.¹

1 A personagem Pinóquio surge em 1881 junto com o jornal semanal *Il Giornale per i Bambini*, na história seriada sob título *Storia di un burattino* (A história de um boneco) de Carlo Collodi. Apesar de ser caracterizada como uma típica história infantil, esta foi escrita em momento peculiar da Itália, cujo discurso era em prol de uma nação única, Collodi sentia que a individualidade e a liberdade poderiam estar ameaçadas. E esse foi um dos fatores que influenciaram a narrativa. A história, se refere a uma personagem individualista, transgressor, inconsequente e que olhava sempre para si e nunca para os demais. Ao longo de sua jornada segue todos seus impulsos sem pensar e graças a isso vê-se nas mais difíceis situações. A origem do nome Pinóquio (em italiano *Pinocchio*) é imprecisa, mas sabemos que é uma palavra típica do italiano e que significa pinhão (*Pinolo* em italiano). Pinhão é um nome genérico de várias espécies de pináceas e plantas da qual a semente não se encerra num fruto. O que nos dá a entender pela história e narrativa, que a história de Pinóquio é uma crítica a aqueles que não produzem e não geram frutos e esperam viver sempre da boa vontade dos demais. A história em si é uma grande lição de moral, seja para as crianças, seja para os adultos (Collodi, 2014).

*“Só mais que existe Um Único D’us para além das estrelas.
Só habita Um Único D’us em meu coração”.*

Gustavo Alcântara

Resumo

A presente dissertação analisou o pensamento económico e a teoria económica de Adam Smith para tentar abstrair o substrato que resumisse todo o pensamento Smithiano (no sentido que queremos usá-lo) e então depreender uma analogia própria (nossa) da ideia principal e vinculá-la à Propriedade Intelectual, para analisar através do pensamento do filósofo e economista, como essa ideia central pode ser uma das peças mais importantes para o desenvolvimento da economia e da sociedade – e pelo qual o autor trabalha na construção dela e fundamenta sua teoria do que torna uma nação próspera.

Assim, comparamos a Propriedade Intelectual num sentido mais amplo e trabalhado ao longo da dissertação, como um dos pilares que podem sustentar e alavancar a prosperidade, o desenvolvimento não só da economia, mas também do afloramento indireto de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual, desenvolvimento económico, desenvolvimento social, Adam Smith, Capital Intelectual.

Abstract

The present dissertation analyzed Adam Smith's economic thought and economic theory in order to try to abstract the substrate that summarized all Smithian thought (in the sense that we want to use it) and then to deduce our own analogy from the main idea and link it to Intellectual Property, to analyze through the thinking of the philosopher and economist, how that central idea can be one of the most important pieces for the development of the economy and society – and for which the author works in the construction of it and bases the theory of what makes it a prosperous nation.

Thus, we compare the Intellectual Property in a broader sense and worked throughout the dissertation, as one of the pillars that can sustain and leverage prosperity, the development not only of the economy, but also of the indirect outcrop of a more just society.

Keywords: Intellectual Property, economic development, social development, Adam Smith, Intellectual Capital.

Lista de Figuras

Figura 1 - Prosperidade Pós-Revolução Industrial.....	44
---	----

Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	- <i>American Psychological Association</i>
Brexit	- <i>British exit</i>
CEO	- <i>Chief Executive Officer</i>
CI	- Capital Intelectual
Consult.	- Consultado
<i>e-book</i>	- <i>Electronic book</i>
Ed.	- Edição
EUA	- Estados Unidos da América
FMI	- Fundo Monetário Internacional
ISBN	- <i>Internacional Standard Book Number</i>
n.º	- número
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
p.	- página
PI	- Propriedade Intelectual
pos.	- posição
Séc.	- Século
ss.	- seguintes

ÍNDICE

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Epígrafe.....	v
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Lista de Figuras.....	ix
Lista de Abreviaturas e Acrónimos.....	x
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Objetivos.....	2
1.2. Metodologia.....	3
2. A PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	6
2.1. Noções Gerais.....	6
2.2. Delimitando Propriedade Intelectual.....	8
2.3. Conhecimento e Propriedade Intelectual.....	10
2.3.1. O Caso da <i>Cambridge Analytica</i>	11
2.3.2. As Empresas de Tecnologia.....	12
3. O PENSAMENTO SMITHIANO.....	15
3.1. Por que usar Adam Smith?.....	15
3.2. Contextualizando Adam Smith.....	16
3.3. Teoria dos Sentimentos Morais.....	18
3.4. A Riqueza das Nações.....	21
3.5. Delimitando “O Pensamento Smithiano”.....	28
4. ANÁLISE AO PENSAMENTO SMITHIANO.....	33
4.1. As Críticas Mais Conhecidas.....	33
4.2. Um Pouco de Karl Marx.....	34
4.3. Hans-Hermann Hoppe.....	41
4.4. Os Prêmios Nobel de Economia e Adam Smith.....	46
4.4.1. Jan Tinbergen - Nobel em 1969.....	48
4.4.2. Milton Friedman - Nobel em 1976.....	50
4.4.3. James M. Buchanan - Nobel em 1986.....	51
4.4.4. Paul R. Krugman - Nobel em 2008.....	53
4.4.5. Joseph E. Stiglitz - Nobel em 2001.....	56

4.5. Teoria da Reflexividade.....	59
4.6. Paul Collier - O Futuro do Capitalismo.....	60
4.6.1. Críticas a Paul Collier.....	64
4.6.2. Reconstruindo Um Mundo Ético.....	65
4.6.3. Distanciamento Social e o “Jogo de Soma-Zero”	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75

1. INTRODUÇÃO

Investigar a obra “A Riqueza das Nações” é mais que uma tarefa árdua e extensa, é sobretudo prazerosa e compensadora, especialmente se contabilizarmos o ganho acadêmico, científico e intelectual ao percebermos quais são as esferas de poder político, econômico e social que atuam sobre a vida dos homens e sobre os pilares das nações.

Debruçar-se sobre a natureza humana, descobrir onde as riquezas das nações nascem e visualizar peculiar percurso que as mesmas percorrem é revelar o verdadeiro campo de interesse, desejo e curiosidade da árdua e erudita literatura do economista e filósofo escocês Adam Smith (2015, pos. 185), em especial nos seus dois livros: “Teoria dos Sentimentos Morais” (Smith, 2015), que investiga a natureza da conduta dos homens e suas relações sociais e sua *Magnum Opus* “A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações” (Smith, 2017), que traz uma análise profunda sobre o sistema de economia política em ascensão em seu tempo. Esquadrinhar sobre tais aspectos é sem dúvida uma das principais propostas do nosso estudo.

Passaremos ao longo do trabalho por vários pontos importantes, principalmente no que concerne aos pensamentos de Smith, onde focaremos nossos maiores esforços, visto que são as ideias do autor que permeiam o centro do debate e discussão do nosso trabalho.

Assim, trataremos dos pilares fundamentais do pensamento Smithiano, quais sejam: a) o utilitarismo da conduta moral do homem em suas relações sociais e de comércio, o que conhecidamente é chamado de “interesse próprio”, b) a defesa do Livre-Mercado, ganhando ênfase num movimento de Liberalismo Económico, amparando as ideias de um Estado-Mínimo, enxuto e com poucas intervenções, e por fim, a c) proteção ou asseguramento da Propriedade Privada, que em conjunto com as ideias de um Livre-Mercado dão maior amparo e asseguram a liberdade contratual das pessoas físicas e jurídicas (simples e coletivas). Os elementos supracitados são demonstrados ao longo do trabalho (por vezes individualmente ou em conjunto) contribuem para Economia de Mercado moderna, isto é, são pilares essenciais para geração e produção de riqueza numa nação na visão de Smith.

1.1. Objetivos

O objetivo do presente trabalho é o de analisar e investigar a Propriedade Intelectual como um dos pontos de interferência de maior importância para o desenvolvimento social e econômico na sociedade contemporânea, depreendendo dessa análise elementos peculiares e basilares do pensamento Smithiano e fazendo analogia ideológica do que definiremos e de como usaremos a ideia de Propriedade Intelectual ao longo desse estudo.

No começo do nosso trabalho, no Capítulo 2, buscamos traçar noções gerais sobre Propriedade Intelectual, um pouco da sua evolução e importância ao longo do tempo, logo depois delimitar o sentido de Propriedade Intelectual que propomos a utilizar para que o desenvolvimento do nosso estudo seja mais claro.

Na terceira parte do nosso trabalho, começaremos a caracterizar o principal ponto para o entendimento da dissertação como um todo, a partir dela poderemos trabalhar e fazer ligações com os demais conceitos que serão estabelecidos, delimitados e até desenvolvidos. Iniciaremos falando do pensamento Smithiano de forma mais ampla, bem como falaremos o porquê de usarmos Adam Smith e não economistas mais atuais e com teorias econômicas mais modernas, para servir como base desse estudo.

Nesse mesmo ponto, ainda contextualizaremos o filósofo e professor de lógica, para adentrarmos mais a fundo na essência de sua teoria econômica e de seguida investigaremos, desde a sua obra mais conhecida “A Riqueza das Nações”, como também a que veio antes dela, e começo da formação dessa ideia basilar que deu estrutura a seu pensamento, a obra “Teoria dos Sentimentos Morais”. E por fim, neste ponto delimitaremos como observamos e percebemos “O Pensamento Smithiano” e que parte vamos utilizar desse pensamento para fundamentar a nossa análise.

Em seguida no quarto ponto, procuramos explicar algumas críticas aos pensamentos e teorias de Adam Smith, para termos outros olhares e perspectivas sobre os mesmos, procurar aspectos que ao longo do tempo não se concretizaram. Nesta parte buscamos desde as críticas mais conhecidas, até as que achamos ao longo desse estudo mais reveladoras das falhas ou que completam as lacunas que são deixadas pelo filósofo, algo comum já que a economia é um “ser vivo” que se move e transforma-se ao passar das gerações. Procuramos também demonstrar a debilidade de se acreditar que existe uma

teoria económica única e que poderia explicar socialmente todas interações na mais peculiar especificidade.

Por fim, terminamos com as considerações finais exteriorizando nosso ganho académico e intelectual ao longo da produção do trabalho.

1.2. Metodologia

A metodologia adotada para a construção, desenvolvimento e investigação da presente dissertação foi uma metodologia de pesquisa essencialmente qualitativa, elaborada principalmente a partir da revisão sistemática da literatura notadamente no âmbito da doutrina e pensamentos de vários autores sobre os temas a que estes estão associados. Seleccionamos autores, estudos e artigos que tinham relação com a temática do trabalho e a partir desta pesquisa foram lidos e analisados as partes que achamos de interesse tratar para posteriormente transcrever, interpretar e assim desenvolver e construir a dissertação. Sem dar muita ênfase a medidas numéricas, privilegiando a compreensão e não mensuração, bem como dando ênfase ao significado, percepções, conteúdo e conceitos.

Em particular, buscamos separar primeiro os conceitos e ideias mais importantes, dar noções gerais sobre as mesmas e de seguida delimitar o que iremos usar e principalmente em que sentido iremos usar, para depois construir nossa defesa e argumento de forma mais clara e límpida.

Partimos para um desenvolvimento de uma teoria, ou melhor, de procurar chamar a atenção para uma maneira diferente de olhar a Propriedade Intelectual. Localizamos os conceitos, separamos e descrevemos os mesmos, depois trabalhamos em sua compreensão e interpretação, delimitamos seu sentido e por fim possibilitamos significados, perspectivas e interpretações mais ricas do que as anteriores.

Examinamos contribuições não só de autores consultados, mas também buscamos contribuir e participar no processo, com novas impressões e olhares sobre as temáticas abordadas, gerando assim naturalmente novas ideias e questões para o estudo. O raciocínio aqui empregado é basicamente dialético e indutivo, descrevendo significados e descobertas em suas particularidades, preocupando-se mais com a qualidade das informações, dos

questionamentos e das respostas, do que mensuração de dados e estatística, mesmo que estas eventualmente possam vir a ser mencionadas.

O método de referência bibliográfica utilizado no trabalho é a conhecida “Norma da APA” da Associação Americana de Psicologia. Um conjunto de regras para citações e apresentação das fontes bibliográficas utilizados para elaboração dos trabalhos académicos e científicos². Ao decorrer do trabalho e pesquisa, nos deparamos com a excelente oportunidade de fazermos uso dos livros digitais para os meios académicos, tanto pela agilidade desses meios digitais em relação aos físicos e usuais, como pelo baixo custo, acessibilidade e facilidade de nos utilizarmos dessa “nova mídia digital” e que vem crescendo.

A *Univerty of Maryland Global Campus*³ instituição premiada⁴ e que já existe há mais de 70 anos e que tem como foco o cursos on-line é uma dentre outras instituições no mundo que vem fazendo essa transição de referência bibliográfica^{5 6}.

Algumas universidades para além da americana *Univerty of Maryland Global Campus*, já vem usando a citação e referencias aos “*e-books*”, como a Universidade Federal de Minas Gerais⁷- Brasil, Universidade de Coimbra⁸ e a Universidade do Minho aqui em Portugal⁹, também cita livros eletrónicos. A norma utilizada pode ser diferente

2 Disponível em: <https://www.uc.pt/fpce/prodco/apa>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

3 Disponível em: <https://www.umgc.edu/index.cfm>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

4 Disponível em: <https://www.umgc.edu/about/awards-and-recognition.cfm>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

5 Disponível em: https://sites.umgc.edu/library/libhow/apa_examples.cfm#e-books, consultado pela última vez em 30.11.2020.

6 A forma de referência continua sendo a referida “Norma APA”, ocorre somente que o meio de disponibilização é digital, e não analógico. Esse meio digital, isto é, o formato típico de *e-books* (livros eletrónicos), permite que o usuário ajuste a fonte (tipo e tamanho), margens e espaçamento durante a leitura, bem como a dependendo do dispositivo, o tamanho do ecrã também pode mudar. De tal forma, que esses são os principais fatores que fazem com que uma página de um *e-book* possa facilmente variar de um dispositivo para outro, de uma configuração para outra, não sendo mais possível o antigo método de usar o número da página para referência. Para resolver tal impasse, a Amazon no seu dispositivo ‘Kindle’ (*e-reader*) usa uma forma de referenciar diferente, e até mais precisa do que fazer referência de um trecho por uma “página”. Chamada de “posição/localização” (do inglês *location*), esse sistema de contagem de “páginas” nos *e-books*, localiza trechos mais precisamente que uma página. Pois, cada “posição” (pos.) representa um grupo de 128 bytes de dados, o que seria o equivalente a 128 letras. Dessa forma, não importa o leitor eletrónico (*e-reader*) que você esteja usando e nem o tamanho do ecrã ou fonte, sempre dará a mesma localização se for o mesmo livro/*e-book* e mesma edição. Nos livros citados neste trabalho colocamos sempre o link direto para o livro e sua edição no site da “amazon.com.br”.

7 Disponível em: http://normalizacao.eci.ufmg.br/?E-Book_Manual:Como_citar_o_E-Book, consultado pela última vez em 30.11.2020.

8 Disponível em: <https://www.uc.pt/fedef/documentosbiblioteca/Bibliotecadigital/NP>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

9 Disponível em: <http://www.sdum.uminho.pt/Default.aspx?tabid=4&pageid=317&lang=pt-PT>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

(seja APA, ABNT ou NP 405), o que muda somente é como a localização do trecho é referenciado em si, que ao invés de “página”, ler-se-á “posição” (*location*). Por fim, vale lembrar que mais de 90% dos livros digitais (*e-books*) quando aqui são referenciados, tem um correspondente físico e que muitas vezes ou é de difícil acesso ou excessivamente caro, mas de fácil conferência no *link* disponibilizado.

2. A PROPRIEDADE INTELECTUAL

2.1. Noções Gerais

A Propriedade Intelectual na perspectiva da nossa dissertação tem forte ligação com a teoria e pensamento de Adam Smith. No decorrer dos pontos trabalhados na dissertação, visualizaremos isso com maior facilidade. Inicialmente podemos dizer que hoje a Propriedade Intelectual (PI), como um ramo do direito, é entendida com grande importância e que só veio a aumentar desde meados do século XVIII, quando “surgem as primeiras manifestações de proteção legal da propriedade intelectual” (Maia, 2003, p.13), para depois crescer mais e mais em influência no séc. XIX “no quadro do espetacular crescimento das atividades culturais e do incremento económico motivado pela primeira revolução industrial” (Maia, 2003, p.13).

E cada vez mais, num mundo de informações globalizadas e de processo industrial facilitado em comparação a outras épocas, a PI tem ganhado valor, podendo ser dividida em dois ramos principais: o primeiro o “direito do autor e direitos conexos”¹⁰ e o segundo a “propriedade industrial” (Maia, 2003, p.15).

A Convenção da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) define a PI como a união dos direitos relativos às “obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade

10 Muitas vezes olhamos o direito à propriedade industrial como de maior importância que os direitos do autor. Ao nosso ver não poderíamos estar mais equivocados, pois são as ideias que movem os homens e os pensamentos novos que fazem nascer revoluções. As produções artísticas, musicais, literárias e afins são de tal importância e de tamanha capacidade de alteração social e económica que a “Propriedade Intelectual” nelas contidas podem moldar a percepção da realidade social e criar novas ideologias. Um exemplo claro disso é o próprio Capitalismo (estruturando-se a partir das obras de Adam Smith), como também o Marxismo (iniciado pelas interpretações das obras de Karl Marx), bem como as “95 Teses” escrita por Martinho Lutero as quais iniciou a Reforma Protestante, e ideais iluministas de igualdade e liberdade que mudaram a Europa e posteriormente impulsionaram a Revolução Francesa. O poder de uma ideia “acertada” e que resgata um sentimento verdadeiro, muitas vezes é maior que o poder do ouro e da prata. Ponto esse que devemos levar em conta ao analisarmos aspetos de influência dos direitos do autor na história da sociedade. Mesmo porque diferentemente do conhecimento científico, isto é, a história da natureza que é objetiva, a história da sociedade (que está no campo das ciências humanas) é acima de tudo um produto da ação dos homens e se move em potência e significado ao longo do tempo, como se pode auferir do pensamento do filósofo, historiador e jurista Giambattista Vico *apud* García (2013, pos. 6384) “(...) *el conocimiento científico es conocimiento objetivo o no es conocimiento, luego las Ciencias Humanas si se interpretan como episodios de la autognosis, son absurdas, pues implicarian la necesidad de que el sujeto se manifieste como objeto, destruyéndose como tal*”. *Vide* também García (2013, pos. 6254;6308 e 6320) para maior aprofundamento.

humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço”, bem como às “firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico” (WIPO, 2002).

Como refere Ascensão (2002, p. 126, modificado) acerca da Propriedade Intelectual:

Os direitos intelectuais são essencialmente direitos de exclusiv[idade] ou de monopólio. Reservam aos titulares a exclusividade na exploração, ao abrigo da concorrência. São frequentemente qualificados como direitos de propriedade, particularmente nas modalidades de propriedade literária ou artística e propriedade industrial. Mas a qualificação nasceu no final do séc. XVIII e continua a existir com clara função ideológica, para cobrir a nudez crua do monopólio sob o manto venerável da propriedade.

De outra forma também podemos dizer que a Propriedade Intelectual é área do direito que, por meio de leis e seus regulamentos, vem a proteger e assegurar aos inventores ou responsáveis por qualquer “produção do intelecto humano – seja[m] bens tangíveis ou intangíveis nos domínios industrial, científico, literário ou artístico – o direito de obter, por um determinado período de tempo, recompensa resultante pela ‘criação’ – [da] manifestação intelectual do ser humano” (Vanin, 2016, modificado).

Tanto o direito do autor quanto os direitos conexos tratam-se dos direitos da autoria no campo artístico, literário, científico, musical. Em nosso trabalho, podemos buscar entendê-lo num sentido mais amplo do que geralmente percebido pelo direito, no que restringe a sua proteção legal. O carácter pessoal do direito de autor é moral, no aspeto jurídico é um direito “exclusivo de exploração económica da obra intelectual que serve também à preservação da sua genuinidade e integridade” (Mello, 2014, p.133).

No que concerne à propriedade industrial, trata-se fundamentalmente das “invenções, marcas, os desenho e modelos industriais, os nomes e insígnias de estabelecimento, os logótipos, as denominações de origem, as indicações geográficas e a repressão da concorrência desleal” (Gonçalves, 2005, p. 23-24), como é entendido a nível do direito que trata da Propriedade Intelectual. Vale lembrar que essa divisão é própria do

direito de Propriedade Intelectual¹¹ português, eventualmente os diplomas legais de outros países terão uma ou outra diferenciação.

Assim, enquanto o primeiro (direitos do autor) se preocupa com a garantia dos seus autores (sejam elas pessoas simples ou coletivas) usufruírem dos benefícios morais e patrimoniais decorrentes da exploração de sua criação, o segundo (propriedade industrial) está mais assentado no conceito “económico de indústria e na preocupação principal de salvaguarda dos interesses corporativos dos industriais” (Gonçalves, 2005, p. 23-24).

A evolução dos dois foi paulatina, mas ganhou mais forma depois da Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial de 1883, bem como da famosa Convenção de Berna para Proteção das Obras Literárias e Artísticas, logo após a primeira em 1886. Nessa fase inicial o direito industrial passou comumente a ser designado direito dos bens incorpóreos, isto é:

(...) ideias que uma vez saídas da mente e, por conseguinte, discerníveis, ganham autonomia em face dos meios que as sensibilizam ou exteriorizam e em face da própria personalidade criadora justificando uma tutela independente da tutela da personalidade como da tutela dos meios ou objectos corpóreos que são suporte sensível dessas mesmas ideias. (Orlando de Carvalho, 1977, p. 191, *apud* Gonçalves, 2005, pp. 23-24).

2.2. Delimitando Propriedade Intelectual

Para esta dissertação, queremos trabalhar particularmente no que é a essência do que é Propriedade Intelectual e não tão somente no seu aspeto puramente legal e jurídico, mesmo que este tenha demasiada importância, e seja uma das forças motivadoras de sua existência e estruturação. Partiremos aqui de seu carácter principal e a partir daí os correlacionaremos aos ideais de Adam Smith, trabalhando sua importância para além do seu valor legal e jurídico, destacando sua importância social e económica.

Em essência, conforme refere Maia (2003), podemos dizer que convencionou-se designar por Propriedade Intelectual “as criações do espírito humano, concebidas pela

11 Direito Propriedade Intelectual: Código de Propriedade Industrial - Decreto-Lei n.º 110/2018, Publicação Diário da República n.º 237/2018, Série I de 2018-12-10, disponível em: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/117279941/view?p_p_state=maximized. Direitos do Autor e dos Direitos Conexos – Decreto-Lei n.º 63/85, Diário da República n.º 61/1985, Série I de 1985-03-14, disponível em: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34475475/view?p_p_state=maximized, todos consultados pela última vez em 30.11.2020.

imaginação e pela capacidade criativa do homem, apoiadas no conhecimento e nos investimentos em recursos humanos e materiais (...)” (Maia, 2003, p. 13, grifo nosso)¹².

Contudo, essas criações e invenções podem ser percebidas para além do usual. Não pensemos ou foquemos na Propriedade Intelectual somente como um direito, por exemplo; sob outro ângulo vamos pensar na Propriedade Intelectual, como a capacidade de transformar o conhecimento/informação num produto ou serviço, conforme preceituam Buainain e Carvalho: “a propriedade intelectual possibilita transformar o conhecimento [que] em princípio [era] um bem quase-público em bem privado e é o elo de ligação entre o conhecimento e o mercado” (Buainain, et al, 2009, p. 59, modificado). Isto é, transforma um conhecimento em algo económico ou industrialmente viável.

Quando falamos num mercado globalizado (principalmente nos dias atuais)¹³, a Propriedade Intelectual tem grande importância, principalmente em uma economia baseada em conhecimento, temática essa que exige certa profundidade e que aqui podemos brevemente trabalhar.

Essa economia baseada no conhecimento provém de um estado natural que se constata no mundo atual, um estado de “globalização dos mercados, [d]o desenvolvimento das tecnologias de informação (...) e na maneira de fazer e pensar o[s] negócio[s]” (Lopes, 2013, p. 21). Ou melhor dizendo, nessa nova sociedade que está em formação “a sociedade da informação, alicerçada numa economia baseada no conhecimento, suportada por meios digitais e processos contínuos de inovação, [que] apelam constantemente à criatividade, ao dinamismo, ao desenvolvimento de novos processos organizacionais e de gestão global da informação”. De acordo com Lopes (2013, p. 23), estamos em uma era na qual o conhecimento seria o recurso mais intangível a ser gerido.

O valor, muitas vezes, é algo abstrato e de significado coletivo sociocultural. O facto é que muitas vezes “algo” tem valor porque as pessoas coletivamente entendem que esse “algo” tem esse determinado valor, e não tão somente por sua própria utilidade em si ou os processos necessários para sua produção e aquisição. Numa era de valorização do conhecimento, numa “sociedade da informação”, a maneira como se gere e se utiliza esse

12 “Grifo nosso” é usado quando o académico ao utilizar uma determinada citação de um autor escolhe por destacar alguma parte do texto original, seja em negrito, sublinhado ou itálico. “Modificado” é quando é alterado ou acrescentado alguma(s) palavra(s) para que a leitura faça sentido com o restante do parágrafo.

13 Quando falamos “mercado globalizado dos dias atuais” nos referimos a pós-modernidade, pós queda do Muro de Berlim (1989), colapso da União Soviética e uma economia cada vez mais descentralizada, isto é, globalizada e dependente de outros mercados.

elemento é de grande importância e de difícil mensuração e contabilização de valor – conforme infere-se de Lopes (2013). Isto posto, ao nosso ver, o único que pode manipular esse conhecimento e torná-lo algo de “valor” é o homem.

Nesta perspectiva, este trabalho preocupa-se em desenvolver a PI como manifestação intelectual do ser humano, considerando que ela só pode ser exprimida por ele e que só os indivíduos são capazes de modificar o meio de forma racional, sistemática e organizada de modo a, assim, produzir riquezas e desenvolvimento social.

Trabalhando PI em sua natureza, em outras palavras, toda e qualquer criação, inovação, técnica capaz de modificar o meio – de modo físico ou mesmo abstrato – de inculcar ideias, estabelecer culturas, derrubar governos, mudar gerações, pensamentos, alterar processos, ter ou dar nova utilidade a bens corpóreos ou incorpóreos, provém do único ser que detém propriedades intelectuais, como tal podemos deduzir: o homem. Ou melhor dizendo e alinhando ao pensamento capitalista tradicional, aquilo que é fruto do Capital Intelectual do homem, da capacidade do mesmo de arriscar e investir numa ideia que tem para si “como certa” a dar lucro, sendo esse o *mindset*/mentalidade, evidenciamos o ponto central que entendemos dar substrato a Propriedade Intelectual.

Em suma, no nosso trabalho não trataremos da PI efetiva e estritamente no sentido usual utilizado no direito da Propriedade Intelectual, isto é, no sentido jurídico em si, mas daquilo que pode ou não gerar e posteriormente ser tratado pelo direito como Propriedade Intelectual. Como foi mencionado acima, como toda manifestação intelectual do ser humano que pode ser fabricada, disponibilizada e/ou usada para a comercialização ou não, industrialização ou não, de bens, serviços ou até de ideias, e que tenham como facto substancial modificação o meio social e/ou económico, isto é, que de alguma forma seja capaz de alterar a realidade fática.

2.3. Conhecimento e Propriedade Intelectual

Nessa parte, queremos brevemente apresentar como podemos estruturar o conhecimento como recurso, Capital Intelectual como um meio/modo (de transformação) e Propriedade Intelectual (sentido usual) como geradora de segurança jurídica e social.

Ao longo de nossa pesquisa bibliográfica e estudo para o desenvolvimento desse trabalho, encontramos o livro “A Gestão do Capital Intelectual e dos Intangíveis na Era do Conhecimento” de Ilídio Tomás Lopes, relacionado ao assunto, e que trabalha justamente ideias, que ao nosso ver, são interessantes, mas com uma proposta mais focada na gestão contábil que é sua área, e com uma preocupação mais alinhada à mensuração desses recursos (Capital Intelectual e os intangíveis) pelos sistemas contabilísticos tradicionais.

Como referido no “ponto 2.2”, essa é a nova sociedade que está em formação “a sociedade da informação, alicerçada numa economia baseada no conhecimento, suportada por meios digitais e processos contínuos de inovação, [que] apelam constantemente à criatividade, ao dinamismo, ao desenvolvimento de novos processos organizacionais e de gestão global da informação”. Como o mesmo autor completa, entramos na era “do recurso mais intangível a ser gerido – *O Conhecimento*.” (Lopes, 2013, pp. 21-23, modificado).

2.3.1. O Caso da *Cambridge Analytica*

O caso da *Cambridge Analytica* contada no filme “*Brexit: The Uncivil War*” e também no documentário “*The Great Hack*” é um caso curioso e que exemplifica bem o poder do uso do conhecimento e das informações “privadas” das pessoas, e a depender de como este recurso será gerido pode causar enormes transformações políticas, económicas e sociais. Isto comprova-se a partir do uso de ferramentas tecnológicas combinadas entre si, como *big data*, dados psicográficos, *data science* e *machine learning*.

O motivo pelo qual as empresas foram capazes de tal feito decorre do conhecimento e posse dos dados pessoais das pessoas e das informações de forma geral: o conhecimento como um “ativo” hoje, mais que qualquer outro momento da história¹⁴ são os *commodities* mais valiosos da terra. Estas empresas, portanto são valiosas, pois exploram estes recursos das pessoas.

O uso do Capital Intelectual tornou esses dados, que antes eram um recurso estático, num ativo em potencial, um recurso capaz de alterar a realidade. Nesse sentido,

14 De acordo com Alvin Toffler em seu livro “*The Third Wave*”, a primeira onda seria a “Revolução Agrícola”, a segunda a “Revolução Industrial” e a terceira onda a “Revolução do Conhecimento e da alta tecnologia” a chamada Era da Informação, capitais fundamentais para desenvolvimento do final do séc. XX e começo do séc. XXI. Na época do lançamento de sua obra (1980), previa que esta terceira onda estaria por moldar nas próximas décadas os nossos conceitos de trabalho, diversão, amor, democracia e sucesso (Toffler, 1981, pp. 4-19;124-132).

podemos dizer que Capital Intelectual também é um agente intermediário do processo de tornar os mais variados recursos, sejam tangíveis ou intangíveis, num ativo, com um potencial capaz de alterar e transformar a realidade do mundo a nossa volta, de formas ilimitadas. E isso aconteceu no Reino Unido com o referendo de 2016 que resultou no *Brexit*, também aconteceu nos Estados Unidos nas eleições presidenciais de 2016 que elegeu o Republicano Donald J. Trump, que por consequência influenciou as eleições do Brasil, elegendo ao cargo de também presidente, o conservador Jair M. Bolsonaro (Haynes, et al, 2019; Amer, et al, 2019).

Ao nosso ver, o caso da *Cambridge Analytica* é um grande exemplo de investimento em Capital Intelectual. Indiretamente a Propriedade Intelectual em seu sentido jurídico, torna-se cada vez mais importante quando esta é o meio legal de assegurar a retribuição e remuneração desse Capital Intelectual.

2.3.2. As Empresas de Tecnologia

Onde entram as empresas de tecnologia, no contexto de Capital Intelectual? As empresas de tecnologia são os melhores exemplos, pois são as mais inovadoras e prósperas do mundo, as que mais geram riqueza no mundo e que também transformam profundamente o contexto social. O porquê está em seu próprio nascedouro, de como são formadas e sedimentadas, pois a capacidade de expansão e crescimento dessas empresas ficam a depender da “revolução social e cultural” de seu próprio nicho de negócio, quanto mais inovadora e disruptiva da realidade, mais lucro a empresa terá. Daí o termo comumente falado no meio do setor das *startups* de tecnologia, da necessidade de se ter uma ideia disruptiva, isto é, capaz de romper drasticamente com os padrões estabelecidos¹⁵. E quanto mais disruptiva é sua ideia, mais ela será capaz de mudar o *status quo* social (Thiel, 2014, pos. 705).

A intenção é essencialmente vender mais que o produto ou serviço normal. A riqueza gerada aqui não provém da terra ou de recursos naturais, como pedras ou metais

15 Por sua capacidade de rápida transformação social as empresas de tecnologia sempre tiveram uma maior capacidade de disrupção da realidade. Mas acreditamos que qualquer invenção ou inovação que tenha um potencial para tal transformação, é capaz de ser um grande agente histórico de mudança social, mais também de geração de prosperidade e desenvolvimento, como ocorreu com a criação da imprensa, motor a vapor e o motor a combustão interna, eletricidade, telefone, semicondutores, computador pessoal, internet, smartphones e redes sociais.

preciosos, mas da transformação social que a inovação criada foi capaz de fazer. De modo geral observamos sua estruturação em quatro principais pilares: a) Capacidade de inovação e transformação da ideia; b) Potencial de escalabilidade e difusão social, do produto ou serviço; c) Proteção legal dessa ideia a partir dos direitos de PI, garantindo assim sua alta rentabilidade; e d) O *branding* viral construído em torno do produto, serviço ou da prestadora desse produto ou serviço (Thiel, 2014).

Por volta de 1906, o economista Vilfredo Pareto descobriu “o que ficou conhecido como ‘princípio de Pareto’, ou a regra dos 80-20, quando observou que 20% das pessoas possuíam 80% das terras na Itália – um fenómeno que julgou tão natural como o facto de 20% das vagens em sua horta produzem 80% das ervilhas” (Thiel, 2014, pos. 1015). Por incrível que pareça esse padrão de desigualdade, em que uma minoria supera drasticamente a outra parte, acontece por toda parte, tanto na natureza como na sociedade. E com as grandes empresas e pequenas empresas não é diferente. Nos Estados Unidos acontece algo semelhante, as empresas da área de tecnologia (as chamadas *Startups*) em comparação às empresas convencionais (Thiel, 2014, pos. 1015 e ss.).

Essas empresas de tecnologia têm esse ganho surpreendente tanto pela sua capacidade de adaptação e mudança, mas também por sua fácil escalabilidade, bem como seu alto grau de transformação social através de seus produtos ou serviços. A maioria dos países desenvolvidos que não detém uma grande extensão de terra fértil como o Brasil, atuam esmagadoramente na área de tecnologia, e esses geralmente são os países ricos e de economia forte¹⁶.

O Brasil, por exemplo, é um grande exportador de matérias-primas para o mundo, vende por um valor baixo e importa o produto acabado por um valor excessivo, o que é um grande erro estratégico¹⁷. Uma das piores coisas que se pode fazer em termos de economia política, pois gera uma consequência social. Por isso é muito conhecido o ditado de que o Brasil é “o país que vende a laranja aos EUA e compra o sumo por um preço dezenas de vezes mais caro”. Vender a matéria-prima que tem um preço de mercado altamente baixo e

16 A maioria esmagadora das companhias mais inovadoras são da área da tecnologia (que se concentram principalmente no desenvolvimento e fabricação de produtos de tecnologia ou no fornecimento de tecnologia como serviço). Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/top-50-most-innovative-companies-2020/>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

17 Segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dois terços de tudo o que o Brasil exporta é de produtos primários ou com apenas um primeiro processamento industrial. E ano após ano só vem aumentando, resultando em um processo de “fragilidade sistêmica da indústria”. Por outro lado a exportação de mercadorias com maior valor agregado vêm reduzindo, seja pelo câmbio produzir uma situação desfavorável às atividades industriais ou pela falta de incentivo político. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23

comprar o produto final que têm o preço várias vezes maior acontece em vários dos diversos setores da economia de países em desenvolvimento e países emergentes.

Enquanto em países ricos e de economia desenvolvidas focam na venda do produto final, que tem o valor agregado maior. Tomam posse da matéria-prima que é barata e em grande quantidade e por meio do conhecimento e Capital Intelectual transformam essa matéria-prima num produto final, gerando um lucro maior. O que usualmente acontece com países com pouca extensão de terra e bens primários escassos, tais como Coreia do Sul, Japão e Israel, que tem suas economias voltadas para os setores tecnologia e de inovação¹⁸.

Deste modo, não devemos pensar que é tão somente a reserva de metais preciosos, terras produtivas, recursos naturais e afins, que têm o potencial de proporcionar riqueza para uma nação, o que veremos mais adiante em nosso trabalho. O que produz riqueza para uma nação é acima de tudo aquele que com bens tangíveis ou intangíveis utiliza seu Capital Intelectual, e investe em bens ou serviços que têm um maior fator de transformação e alteração da realidade social e económica. Quanto maior a capacidade do produto ou serviço de alterar ou transformar a realidade social, maior seu potencial de geração de riqueza e desenvolvimento.

18 Link a seguir mostra ranking dos países mais inovadores em 2019. Disponível em: <https://www.natureindex.com/news-blog/data-visualization-graphic-reveals-most-innovative-countries-twenty-nineteen>, consultado pela última vez em 30.11.2020. Mas esse direcionamento económico é algo que vem acontecendo desde os anos 80.

3. O PENSAMENTO SMITHIANO

3.1. Por que usar Adam Smith?

Tem uma razão e um porquê conectarmos a “Propriedade Intelectual” com a visão do sistema económico (capitalista) de Adam Smith. E o porquê de não usarmos outros economistas mais modernos¹⁹, explicando de forma simples e através do exemplo, o facto é que: a cama que dormimos, os utensílios domésticos do nosso dia a dia, os frutos e produtos que utilizamos no nosso pequeno almoço, almoço e jantar, o carro ou autocarro que nos leva ao trabalho para lá prestarmos ou produzimos bens e serviços em troca de “papel-moeda”, para depois irmos comprar outros bens e serviços que não produzimos e nem ofertamos, mas que outras pessoas produzem, também em troca desse “papel-moeda”, é a chamada Economia de Mercado. Em outras palavras, a estrutura social-económica de produzir algum bem ou serviço em troca de um “papel-moeda” para obter outro bem ou serviço é uma estrutura de Economia de Mercado. E é através dela que foi possível trazer riqueza, desenvolvimento económico e indiretamente justiça social para a sociedade.

Adam Smith, trabalha justamente sobre os fatores que ele observou e que melhor fazem a Economia de Mercado funcionar. A essa estrutura de pensamento de como o mercado funciona bem e de melhor forma segundo Smith, deu-se o nome Capitalismo. Quando estamos a falar de Economia de Mercado planeado na defesa de um livre mercado (consequentemente um Estado-Mínimo), na proteção da propriedade privada, liberdade contratual e o reconhecimento do utilitarismo da ação do homem na sociedade (interesse próprio), estamos a falar de um conjunto de ideias e princípios capitalistas que devem ser aplicados como política económica segundo, a teoria económica Smithiana.

Com objetivo de defender que a “Propriedade Intelectual” – principalmente no cenário atual de 4.^a Revolução Industrial –, é o fator principal das riquezas das nações, temos que provar como ela funciona bem e onde ela funciona melhor. E um dos maiores, se não o maior expoente desse pensamento, que o estruturou de forma clara, lógica e objetiva, e também considerado por muitos o primeiro economista, trazendo a economia

¹⁹ A escolha do pensamento de Adam Smith para a dissertação, foi uma escolha conceitual (capitalismo), mas também vai para além disso, é por seu pioneirismo, originalidade e certa atemporalidade como é demonstrado ao longo do trabalho, sendo muito difícil visualizar prosperidade e desenvolvimento social fora de uma “Economia de Mercado”. Evidentemente usaremos ao longo do trabalho outros economistas mais atuais, para fundamentar a nossa dissertação.

como ciência, que pode ser debatida e comprovada socialmente, analisada por métodos mais sérios e não especulativos em si, o início da ciência económica como tal, não foi outro senão de Smith (2017, pos. 201).

De qualquer forma vale lembrar que algumas das ideias de Smith foram descritas anteriormente, por outros autores, mas nenhuma obra tem tamanho valor de elaboração sistemática quanto a elaborada por Adam Smith. Vale a pena citar o prefácio da edição de “Riqueza das Nações” usada para a elaboração desse estudo:

É verdade que muitas das ideias de Smith foram antecipadas: o “produto nacional”, por Davenant e Petty, a “divisão do trabalho”, por Mandeville, os fisiocratas, por Hume, mas é inegável o valor de sua elaboração sistemática. Depois de Adam Smith, pode-se dizer que não houve teórico da economia, até os nossos dias, que não tivesse suas raízes no estudo de suas ideias. (Smith, 2017, pos. 250, grifo nosso).

3.2. Contextualizando Adam Smith

Adam Smith viveu numa época de fortes práticas económicas com as colónias²⁰, bem como de transição²¹ dos processos de produção, onde a 1ª Revolução Industrial (mecanização dos processos através da energia hidráulica e do vapor) estavam começando e ganhando forças (Smith, 2017, pos. 41-54)²². Foi um dos primeiros a visualizar e estruturar uma teoria sobre essa revolução técnica nos meios de produção que estavam a acontecer e de como a forte intervenção do Estado na economia (Mercantilismo) era prejudicial para própria nação. Neste sentido, em sua obra mais influente elaborou, uma forte crítica ao sistema monárquico e feudal de sua época. Pensamentos estes, visto com bons olhos pela “burguesia em ascensão contra as taxas sempre maiores para a manutenção destes impérios [feudais]” (Smith, 2017, pos. 57), o que deu forte impulso às suas ideias.

20 As mais famosas foram as treze colónias britânicas da Costa Leste dos EUA. No começo do Séc. XVI, os britânicos começaram a mandar para a América do Norte várias expedições, o primeiro assentamento falhou misteriosamente, mas em 1606 a *London Company* enviou mais navios para estabelecer sua presença. A partir de então, outros grupos atravessaram o oceano para começar uma nova vida neste “Novo Mundo” cheio de oportunidades. Com o tempo, formaram as famosas treze colónias britânicas na Costa Leste dos EUA (Fogleman, 1992).

21 A época de Adam Smith foi uma das mais ativas e proeminentes da Revolução Industrial. Sua data de nascimento: Kirkcaldy, 5 de junho de 1723 – Morte Edimburgo, 17 de julho de 1790. (Smith, 2015, pos. 152).

22 Revolução Industrial foi a transição para novos processos produtivos e artesanais num período entre 1760 a 1840 (Coelho, 2016, p. 14).

A última obra dele foi de tamanha importância que mais tarde lhe rendeu vários títulos e denominações. Academicamente considerado o pai da economia moderna e do liberalismo econômico, por muitos é considerado também o maior economista do seu momento histórico em termos de influência de pensamento.

Smith deixou para trás o pensamento milenar da política econômica de seu tempo, baseado na simples atividade comercial (pré-indústria) ou atividade rural, nos “sistemas agrícolas, ou daqueles sistemas de economia política que representavam o produto da terra, [e que vinham da] única ou principal fonte de renda e riqueza de toda [uma nação]” (Smith, 2017, pos. 7788, modificado)²³.

Propôs-se a investigar sobre a natureza e a causa da riqueza das nações de maneira mais próxima e racional, visualizando um sistema mais utilitarista, demonstrando que a riqueza procedia principalmente da atuação dos próprios indivíduos que movidos, em essência, pelo próprio interesse e por sua natureza individualista/utilitarista promoviam o crescimento econômico e indiretamente o bem-estar social.

Para explicar o pensamento Smithiano, temos primeiramente que falar um pouco sobre sua história, aspirações e carreira acadêmica, bem como enquadrá-lo corretamente no contexto de transformações comerciais e de processos industriais em que viveu. Adam Smith era filho único e homônimo de um alfandegário em Kirkaldy, e sua mãe chamava-se Margaret Douglas. Smith, nasceu nesta mesma cidade, Kirkaldy, na Escócia em 5 de junho de 1723, pouco tempo antes da morte do próprio pai (Smith, 2015, pos. 152).

A infância foi a de um menino frágil e doente devido sua debilidade física, que o impedia de participar das diversões que fossem mais enérgicas com seus amigos. Logo voltou-se desde cedo para com uma paixão pelos livros e era fácil, mesmo moço, pegá-lo falando sozinho e alheio à presença de outros, costume que o acompanhou ao longo da vida (Smith, 2015, pos. 153-159).

Os campos de interesse e desejo de saber eram muitos, mas em principal “todas as divisões do estudo da natureza humana, mais precisamente a história política da humanidade”. Todos estes estudos “ao mesmo tempo em que lhe ofereciam um amplo espectro de possibilidades para os diversos poderes de seu gênio versátil e abrangente,

23 Em outras palavras uma espécie de Fisiocracia ou “Governo da Natureza”, isto é, onde se acreditava que a riqueza das nações provinha unicamente do valor de “terras agrícolas” ou do “desenvolvimento da terra”. “A primeira escola econômica propriamente dita: a fisiocracia, ou a riqueza efetiva derivada diretamente da natureza; a terra é o único meio de produção que dá mais que o que se lhe aplica” (Smith, 2017, pos. 122).

satisfaziam sua paixão dominante de contribuir para a felicidade e aperfeiçoamento da sociedade” (Smith, 2015, pos. 185, grifo nosso). Todos estes aspetos incutiram um gosto pelo debate político, versado em línguas antigas e modernas, tudo correndo a serviço não da exibição de “uma erudição de mau-gosto”, mas sim para “estabelecer um elo de ligação com tudo o que pudesse lançar luz sobre as instituições, os costumes, e as ideias de diversas épocas e nações” (Smith, 2015, pos. 203).

Em 1751, “o Sr. Smith foi escolhido professor de Lógica na Universidade de Glasgow; e, no ano seguinte foi nomeado professor de Filosofia Moral da mesma Universidade” (Smith, 2015, pos. 204), e lá permaneceu por treze anos, os quais considerou os melhores e mais proveitosos anos de sua vida, onde começou a trabalhar diariamente com o que realmente gostava “familiarizando seu espírito com aquelas importantes especulações que mais tarde comunicaria ao mundo” (Smith, 2015, pos. 204).

Observamos ao longo da pesquisa e estudo sobre este autor, que sua forma de pensar era inquieta e este espírito sujeitava sua mente às questões mais elevadas da natureza humana, ao contrário do que o termo “Capitalismo Selvagem”²⁴ dá a entender, ao analisar as ideias de Adam Smith na perspectiva do Marxismo. Ao fazermos isso pelo viés do cenário económico atual, caímos em erro, caímos num anacronismo parcial. Tanto as ideias de Marx quanto as de Smith devem ser analisadas como fruto da investigação “homem intelectual” em seu tempo, no contexto em que se encontravam, e com os desejos e ânsias que lhes surgiam, de sistematizar e compreender os acontecimento sociais, no decorrer das suas observações da realidade.

3.3. Teoria dos Sentimentos Morais

Para Smith, a base da sua teoria económica é seu primeiro livro “Teoria dos Sentimentos Morais”. É neste ensaio que começa sua investigação sobre a natureza das relações do homem em sociedade. Ela não se funda no egoísmo puro como muitos levam a entender, como o mesmo fala “Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente

24 “Capitalismo Selvagem” é geralmente usado em dois sentidos diferentes. O primeiro na época da já consolidada Sociedade Capitalista, onde servia para descrever as atitudes predadoras existentes no âmbito da luta de classes. E o segundo, mais acoplado aos sentidos dos dias atuais, faz referência aos movimentos abusivos do sistema capitalista e imperialistas em dimensões globais, dominando vários mercados e até países, prejudicando o desenvolvimento. Termo usado pela primeira vez por Karl Marx em “O Capital”.

há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela” (Smith, 2015, pos. 1558). O economista trata sim do utilitarismo que há por detrás do comportamento humano, reconhecendo que há um individualismo natural em suas ações, e que isso parte do amor a si mesmo, aos seus interesses, mas também aos interesses de quem esse indivíduo quer bem; seja sua esposa, filhos ou parentes.

A moral aqui, ou melhor, a moralidade aqui é o conjunto de valores que o homem escolhe para si e a partir deles conduz suas ações em sociedade. Apesar de existir uma moral contextualizada por uma questão temporal e espacial, também existe uma moral natural e universal, inerentes aos seres humanos. Essas são despertadas pelos sentimentos dos mesmos, mas o que seriam os sentimentos? Para ficar mais claro, comparemos com a emoção, que é elemento mais superficial desse estado afetivo. Enquanto as emoções são respostas mais imediatas, rápidas, instintivas a estímulos externos, como uma expressão de alegria, raiva, nojo, medo, tristeza ou surpresa, os sentimentos são justamente os estímulos internos que despertam esses estímulos externos, são as representações mentais do que estar a passar dentro de si. A título de exemplo, se o sentimento fosse felicidade, a emoção poderia ser observada numa expressão exteriorizada de alegria ou/e surpresa. Uma é visível externamente a outra não.

Nesse sentido, os sentimentos morais na “Teoria dos Sentimentos Morais” seriam justamente todos esses processos mentais que se passam dentro dos indivíduos e que são fluxos de influência para a escolha dos valores e convicções que conduzem o comportamento do homem em sociedade. No caso, Smith tenta capturar a linha condutora e de maior relevância para determinação da ação do homem como ser social. Não é à toa que o livro se chama “Teoria dos sentimentos morais, ou, Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos” (Smith, 2015, grifo nosso).

Em sua primeira obra, o filósofo fundamenta sua teoria em algo verdadeiro, não algo que ele deseja por si mesmo, por questões ideológicas e de pueris sentimentos sociais de seu tempo. Ele não procura provas para justificar o que acredita ou que acha que deveria ser certo ou justo. Pelo contrário ele parte da observação, das provas e factos, paixões e pulsões da natureza humana, para a partir deste ponto construir sua teoria dos sentimentos

morais, e assim demonstrar verdadeiramente quais são os valores que serão escolhidos pelos homens.

Em suma, uma teoria deve ser isso²⁵, até em sua origem etimológica, a palavra revela essa sua natureza, onde você não inventa algo de novo para o universo, você constata algo natural neste universo. O amor próprio, o individualismo, o utilitarismo das paixões humanas são em si uma lei natural, e próprio do homem. Analogicamente, assim como a lei da gravidade²⁶, descreve e constata uma realidade/lei natural em si, assim também o fez Smith, na investigação da natureza humana, onde também observou uma lei natural na conduta dos homens.

Por isso, a base da sua teoria econômica é universal, pois pode ser desconectada do próprio sentimento moral, cultural ou vieses de confirmação de uma época e contexto histórico. Suas projeções e deduções, ou pensamentos posteriores à sua base podem vir a cair com o tempo, pois são manifestações de pensamento a partir de uma base verdadeira, e assim continuam sendo projeções. Mas os pilares da sua teoria não caíram, pois são leis naturais e desta forma atemporais, diferentemente de alguns dos ideais de origem marxista, que eram aspirações austeras e utópicas, que são frutos justos da revolta de seus idealizadores ao verem a violência que sociedade burguesa²⁷ de seu tempo, e principalmente, ao verem o que essa sociedade burguesa tinha feito com as ideias capitalistas iniciais estruturadas por Adam Smith e David Ricardo, entre outros da Escola Clássica do pensamento econômico.

Decerto que Smith foi acadêmico notável, professor universitário e grande simpatizante das ideias iluministas, e influenciado pela filosofia do David Hume - seu contemporâneo e amigo (Smith, 2017, pos. 91; 250). A “Teoria dos Sentimentos Morais” é sua primeira obra e que lhe deixou conhecido, como visto é basicamente um tratado sobre

25 Whetten (2003, pp. 69-73), em seu artigo “O que constitui uma contribuição teórica”, nos fala justamente dos “blocos” necessários para construção e desenvolvimento de um modelo teórico. Devendo ser testado adequadamente suas conexões e restrições, passando por proposições “bem fundamentas dos ‘por quês’ quanto nos ‘comos’ e nos ‘o quês’.”. De acordo com o autor os efeitos teóricos são instáveis por alguma razão, e por isso tendem a variar com o passar do tempo, e seu significado fica muito a deriva do contexto que este é inserido de tempo e de espaço. Isto é, “entendemos o que está acontecendo ao observar onde e quando está acontecendo. Observações estão encravadas e devem ser entendidas dentro de uma determinada conjuntura”, assim devemos perceber a nossa responsabilidade e o perigo de nossas generalizações.

26 Teoria da Gravidade Newtoniana.

27 A Revolução Comercial, século XII ao século XVIII, movido principalmente pelo colonialismo e mercantilismo, foi um impulsionador da Revolução Burguesa que é também plurissecular, século XVII e metade do século XIX, no período que Karl Marx escreve sua obra “O Capital”, a burguesia já estava estabelecida no poder, a Sociedade Aristocrata, já tinha sido vencida por dominância de uma Sociedade Capitalista. Ao contrário da época de Smith, em que a Burguesia ainda estava em crescimento.

filosofia moral, e foi base para vinte e cinco anos depois escrever “A Riqueza das Nações”. E foi no fundamento dessa sua concepção de moralidade existente em todos os homens, que mesmo o escreveu a sua teoria económica.

3.4. A Riqueza das Nações

Em a “Riqueza das Nações”, Adam Smith trabalha vários conceitos e elementos que se interligam, mas aqui podemos destacar inicialmente dois elementos, para que possamos na explanação dos mesmos desenvolver os restantes. São eles: a Capacidade de Negociação/Ato de Negociar e o Interesse Próprio. O ato de negociar que aqui vamos tratar é no sentido económico, no sentido de comércio, troca. É a capacidade que temos de negociar, de tentar convencer uma pessoa que ela tem algo que queremos e que temos algo que ela deseja possuir e, se trocarmos esses bens ou serviços, as duas partes sairão ganhando. Isso ocorre não porque o homem diretamente está visando atingir o sumo bem, o bem comum da sociedade, mas sim tal facto ocorre por uma dinâmica natural de interação dos indivíduos no processo satisfazerem “os próprios interesses”. É uma troca, de mútuo benéfico dos envolvidos.

Apesar da sua natureza benevolente, o interesse próprio prevalece sobre ela, é isso que o Smith queria refere-se na famosa passagem a seguir citada:

Não é da benevolência do açougueiro, cervejeiro ou padeiro que esperamos nosso jantar, mas da preocupação por seu interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas ao seu amor-próprio, e nunca lhes falamos de nossas necessidades, mas das vantagens deles (Smith, 2017, pos. 478).

Começamos a perceber, a partir daí, um dos “elementos-chave” do pensamento Smithiano, fundamento este necessário para que mais adiante possamos entender como na sua perspetiva, constrói-se uma sociedade mais justa. Quando Smith analisa o surgimento e crescimento da Economia de Mercado, que está acontecendo diante a Revolução Comercial e Burguesa de seu tempo, podemos dizer que o autor percebe 3 (três) fatores fundamentais para o desenvolvimento desse processo: a) A Negociação, b) Invenção do Dinheiro e c) Surgimento da Indústria.

A primeira a) a negociação, é o ato de comercializar ou praticar escambo, trocar mercadorias e serviços entre si. Entendida como uma inclinação da própria natureza humana “a tendência para comerciar, [negociar] e trocar uma coisa por outra. Se esta propensão é um dos princípios originais da natureza humana (...), como parece mais provável, e a consequência necessária das faculdades da razão e da fala (...) comum a todos os homens, não sendo encontrada em nenhuma outra raça de animais” (Smith, 2017, pos. 459).

O surgimento e crescimento é um movimento natural da civilização em evolução e adaptação, bem como é um dos elementos da Economia de Mercado que põe fim à autossuficiência das famílias, que antes do surgimento da Economia de Mercado, tinham que produzir tudo de que precisavam (desde alimento, vestuário, materiais de trabalho e utensílios do dia a dia), enfim, produziam tudo e evidentemente isso consumia muito tempo, esforço e trabalho.

Com a evolução da civilização e o surgimento da negociação, estabeleceu-se a figura do artesão, e com ela temos o início da divisão do trabalho/especialização (primeira fase), onde as pessoas começaram a perceber que poderiam fazer muito bem uma única coisa, principalmente se as mesmas se propusessem a fazer somente isso, o fazendo de melhor forma, mais rápida e produtiva do que se tentassem fazer tudo que precisavam por si mesmos (Smith, 2017, pos. 322).

Na época antes das fábricas/indústrias, a principal forma de organização do processo de produção era pelo artesanato, onde o artesão se especializava numa área específica do seu interesse ou aptidão (Smith, 2017, pos. 493;502). Com isso foi crescendo essa percepção de que era mais fácil fazer muito bem um produto ou prestar um serviço e trocar o excedente do que tentar fazer tudo do que necessitava, uma vez que se o fizesse, não tinha a mesma qualidade e durabilidade daquele artesão que se dedicava exclusivamente ao ofício.

Isso fez com que as pessoas comessem a se especializar cada vez mais em fazer muito bem determinado produto ou serviço e, a partir daí, comessem a se reunir num local, em que pudessem trocar isso que elas fazem bem, por algo que elas não tivessem, e esse local passou a ser denominado “Mercado”. Podemos até dizer que havia divisão do trabalho no processo pré-fabril, mas era num espectro mais raso e menos profundo de processo de especialização. Mesmo essa especialização do artesão sofria de um mal, pois

mesmo que fosse ferreiro, alfaiate, tecelão e afins tinha uma variedade imensa de processos a executar e isso inferia na produtividade.

Como explana Smith, com a divisão do trabalho bem estabelecida firma-se a sociedade comercial:

Estando a divisão do trabalho bem estabelecida, é apenas pequeníssima parte das necessidades de um homem que é suprida pelo produto do próprio trabalho. Ela satisfaz à maioria delas trocando aquela parte em excesso do produto do próprio trabalho que está muito acima de seu consumo, pelas partes do produto do trabalho dos outros de que necessitar. Todo homem, assim vive, pela troca, até certa medida, mercador, e a sociedade cresce até ser uma sociedade comercial propriamente dita. (Smith, 2017, pos. 591, grifo nosso).

Esse processo sofreu uma transformação significativa com a “b) Invenção do Dinheiro”, pois com o dinheiro não se tinha mais tanta permuta de bens e serviços. Agora o indivíduo tem em mãos um facilitador poderoso, uma nova invenção, essa ideia revolucionária - que podemos chamar aqui de “papel-moeda” -, que foi ganho vendendo seus bens e/ou serviços frutos do seu trabalho. E o indivíduo pode agora tranquilamente ir ao mercado e trocar esse “papel-moeda” por outro produto ou serviço que é fruto do trabalho de outra pessoa. É aqui que Adam Smith vai afirmar um dos principais pontos que fundamenta sua teoria económica a chamada “Teoria do Valor-Trabalho”, que foi aprimorada e evoluiu de conceito, com contribuições de David Ricardo ao longo de seus trabalhos e Karl Marx em sua obra mais conhecida “O Capital” (Marx, 2017, p. 116 e ss).

Continuando esse seu pensamento, o mesmo diz que somente o trabalho é o fator objetivo de criação do valor, isto é, só o trabalho é que vai criar objetivamente o valor. Ele defende que as pessoas sabem quanto vale determinado produto ou serviço, porque elas sabem o quanto de tempo de trabalho que dá para fazer aquilo. Em sua época a sua teoria estava ligada muito a “horas trabalho” para determinar o valor²⁸.

28 Aqui podemos tomar a liberdade de algumas observações: primeiro que a “teoria do valor-trabalho” foi a base para as demais teorias do valor-trabalho indo muito mais além da visão de Smith, com foi mencionado David Ricardo e Karl Marx. Inicialmente seu sentido era de que o valor de um produto ou serviço advinha de quanto tempo foi gasto para fazer tal trabalho, por assim dizer a quantidade de “horas trabalho” gasto. Dividia na dinâmica clássica dada por Smith “valor de uso” e “valor de troca”. Somos do pensamento que todo trabalho que é executado para produzir um bem ou serviço, seu valor tem correlação com o Capital Intelectual, humano e estrutural nele envolvido - e não só com o tempo “horas trabalho”. Isso juntamente com a dinâmica de livre mercado vai atribuir um valor de equilíbrio e harmonia para os sujeitos dessa dinâmica.

No pensamento de Smith, com o surgimento da negociação e da divisão do trabalho todos podem colocar-se diante do mercado para fazer determinado bem ou serviço, e isso deve acontecer de forma livre. Somente os incapazes de realizar qualquer tipo de trabalho podem ficar a depender da caridade e boa vontade alheia. Como o mesmo explica:

Ninguém, senão um pedinte, escolhe depender principalmente da generosidade de seus concidadãos, e nem mesmo o mendigo depende dela inteiramente. A caridade das pessoas de boa vontade, realmente, fornece-lhe todo o fundo de subsistência. Mas se bem que este princípio lhe proporcione todas as necessidades da vida de que ele tem precisão, não lhe proporciona no momento em que ele as necessita. (Smith, 2017, pos. 479).

O terceiro agente de valor para a evolução da economia de mercado foi c) o surgimento da indústria/fábricas, que aumentou em muito a especialização e, de forma extraordinária, a produtividade. De maneira nunca antes vista na história humana. A Revolução Industrial trouxe consigo uma proliferação intensiva de fábricas, e com isso uma grande quantidade de mercadorias²⁹.

Um exemplo real observado e citado pelo autor do poder dessa transformação no processo da técnica de produção, e que combina dos elementos importantes que é a divisão do trabalho e a especialização, é seu clássico exemplo da produção de alfinete:

Para tomar um exemplo, pois, de uma manufatura pouco significativa, mas uma em que a divisão do trabalho tem sido muito notada: o ofício do alfineteiro; um operário não educado para esta ocupação (que a divisão do trabalho transformou numa atividade específica) nem familiarizado com o uso da maquinaria nela empregada (para cuja invenção essa mesma divisão do trabalho provavelmente deu ocasião), difícilmente poderia, talvez com seu máximo empenho, fazer um alfinete por dia, e certamente não conseguiria fazer vinte. Mas do modo em que este ofício é agora exercido, não só todo o trabalho é uma atividade especial, mas está dividido em um número de ramos, dos quais a maioria pode ser outras tantas indústrias. Um homem estica o arame, outro o endireita, um terceiro corta-o, um quarto o aponta, um quinto esmerilha o topo para receber a cabeça; fazer a cabeça exige duas ou três operações distintas, colocá-la é uma tarefa à parte; branquear os alfinetes, é outra; é mesmo outra indústria; colocá-los no papel e o importante negócio de fazer um alfinete é, destarte, dividido em cerca de 18

29 Lembrando que o escoamento dos produtos só foi possível, a determinada altura, por causa do surgimento e crescimento das novas colônias (colonialismo). Pela análise do Adam Smith não foi o descobrimento do ouro das colônias que enriqueceu Inglaterra (naquele contexto histórico), pelo contrário, a quantidade de ouro em circulação na Europa advinda das novas colônias, só fez o valor do ouro abaixar. Mas na época de Adam Smith, ele observou que a Inglaterra estava cada vez mais rica, pelo seu rico comércio com as colônias. Pois, estas cresceram e suas cidades fecundaram tantas outras, que necessitavam de mercadorias, muitas destas colônias até eram proibidas de produzir, sendo estas últimas essencialmente consumidoras, algo que acontecia comumente na relação Reino de Portugal e Brasil Colonial (Smith, 2017, pos. 6570).

operações distintas, que em algumas manufatureiras são todas executadas por mãos distintas, se bem que em outras o mesmo homem às vezes fará duas ou três delas. Vi uma pequena manufatura desta espécie onde apenas dez homens eram empregados, e onde alguns deles, conseqüentemente, executavam duas ou três operações diferentes. (...) Estas dez pessoas, portanto, conseguiram fazer um total de mais de 48 mil alfinetes por dia. Cada pessoa, portanto, fazendo uma décima parte de 48 mil alfinetes, deve produzir 4800 alfinetes dia. (Smith, 2017, pos. 333-344, grifo nosso).

Como vemos, se temos uma especialização muito grande numa cadeia de produção, nós podemos ter uma produtividade nunca antes vista na história. Esse é um dos aspetos da Revolução Industrial que estava acontecendo na época de Adam Smith, e teve três ingredientes principais, primeiro o Iluminismo (1715-1789), o chamado “Século das Luzes” um movimento filosófico que justamente repensava as ideias e processos anteriores de como fazer e entender o mundo, onde lutava por mais liberdade individual, bem como a separação da Igreja-Estado, e de um Estado Absolutista.

O segundo, a Revolução Industrial juntou-se a Revolução Científica, que ocorreu século XVI e se prolongou até o século XVIII, promovendo uma separação do que era ciência e do que era religioso, impulsionando as primeiras descobertas e invenções. Ainda que para alguns autores, a Revolução Científica da época tenha pouco ajudado na Revolução Industrial, é passível afirmar que foram sim as máquinas a vapor, e as pequenas invenções e aperfeiçoamento que deram a mesma algo precioso. Apesar disso, a verdade é que a Revolução Industrial mais presenteou e contribuiu com Revolução Científica que o disposto em sentido contrário. E, por fim, um dos elementos que tornou possível o crescimento e impulsionamento da Revolução Industrial: a demanda de mercadorias que foi surgindo, fruto da crescente proliferação das novas colónias.

Toda essa produção, segundo defende Adam Smith, deveria escoar num mercado livre, sem muitos embargos ou entraves como acontecia em sua época com o Mercantilismo, caracterizado por certas práticas económicas vigentes entre o século XV e o final do século XVIII. O Mercantilismo, sistema económico ainda em voga na época de Smith, se assinalava por um Estado Absolutista, onde o mesmo tinha fortes atuações e intervenções na economia, de modo que os comerciantes poderiam sofrer fortes sanções de uma forma inesperada (por mudança deliberada na lei), sempre ficando sob as graças dos interesses desse Estado, os indivíduos não tinham verdadeira liberdade em seus negócios.

Em sua teoria económica Adam Smith era justamente contra essa forte intervenção do Estado. Para o referido autor, o Estado deveria atuar em certas situações básicas e de

forma restrita e limitada. A partir dessa ideia podemos compreender o porquê de Adam Smith ser considerado um dos pais do liberalismo económico, e sua teoria também ter a denominação de “teoria do livre mercado”. Apesar de Adam Smith melhor estruturar e organizar a defesa dessas ideias, elas são na verdade um construto de ideias e filosofias postas por vários pensadores ao longo daquele período histórico e dos seguintes. Esses preceitos de liberdade, essa livre iniciativa permitiriam ao autor defender a ideia de existência de uma ordem espontânea, uma mão invisível que iria harmonizar, equilibrar o mercado, desenvolver a economia e gerar indiretamente bem-estar social. No capítulo que falamos das “críticas ao pensamento Smithiano”, vemos que alguns autores nem sempre concordam com essa afirmação, defendem que não é em todo momento que esse equilíbrio funciona bem e da melhor forma.

Vamos voltar agora um pouco à questão da divisão do trabalho e da grande especialização. Com essas duas manifestações temos um aumento excessivo da produtividade e com isso um crescimento na riqueza universal, isso tudo devendo circular nessa ideia de livre mercado, onde as pessoas possam livremente comprar, vender, negociar o que seja fruto do seu próprio interesse, pois assim a sociedade irá funcionar melhor³⁰. Como discorre o próprio autor: “É a grande multiplicação da produção de todas as diferentes técnicas, em consequência da divisão do trabalho, que ocasiona, numa sociedade bem governada, aquela opulência universal que se estende às classes mais baixas do povo” (Smith, 2017, pos. 425).

Observamos assim, que essa produção de riqueza só será possível, segundo o pensamento do autor, se essa sociedade estiver bem governada, onde nesta sociedade tivermos condições de perfeita liberdade, onde o mercado vai criar um estado de maior igualdade, e com isso todos serão livres para irem atrás do seus próprios interesses, e investir em seus próprios talentos, tornando um mercado mais plural e justo, observando claro a ordem da justiça (Smith, 2017, pos.1139; 493-502, grifo nosso).

Com todo esse raciocínio, o objetivo de Adam Smith desde a “Teoria dos Sentimentos Morais”, é demonstrar como as pessoas na busca dos seus próprios interesses, geram mesmo que num estado inconsciente, uma sociedade mais desenvolvida e mais

30 O que possibilitou a quebra, e o reconhecimento da falha da Teoria Populacional Malthusiana ou Armadilha Malthusiana, que defendia que a população do planeta iria passar uma escassez de alimentos e fome, visto que a taxa de crescimento da população era em Progressão Geométrica, enquanto a produção de alimentos crescia em Progressão Aritmética. O progresso técnico e industrial no setor agrícola, foi sem dúvida o fator decisivo para sua teoria cair por terra.

justa. Nesse sentido podemos dizer que para Adam Smith, capitalismo é um mercado livre do intervencionismo forte do Estado, isto é, o livre mercado que vai produzir indiretamente uma sociedade mais justa, uma sociedade mais dinâmica e de investimentos. Sobre essa sociedade mais desenvolvida e justa, mesmo que indiretamente, refere o autor:

De fato, em geral, ele nem pretende promover o interesse público nem sabe quanto o está promovendo (...) ele procura apenas sua segurança; e dirigindo aquela indústria de tal maneira que sua produção seja do maior valor, procura apenas seu próprio ganho, e nisto como em muitos outros casos, é só levado por uma mão invisível a promover um fim que não era parte de sua intenção (...) Seguindo seu próprio interesse, ele frequentemente promove o da sociedade mais efetivamente do que quanto realmente pretende promovê-la (...) [acabam por comerciar] para o bem público. (Smith, 2017, 4774-4778, grifo nosso).

A mão invisível³¹ de que tanto escrevem sobre sua teoria, é nada mais que uma metáfora que o mesmo usa para descrever os benefícios sociais e não intencionais vindos dos atos de cada indivíduo na busca dos próprios interesses. Cada indivíduo na busca do seu próprio ganho, iria produzir o melhor produto/serviço possível e com o melhor preço, e em consonância com os outros indivíduos que iriam buscar fazer o mesmo, quem ganharia no final seriam os clientes, ou seja, a sociedade. Smith faz uma crítica ao monopólio, justamente porque para ele todos devem ser livres (*laissez-faire*)³² para entrar no mercado e competir em pé de igualdade, bem como o preço das mercadorias e serviços serem mais justos e não matar os salários dos trabalhadores, os lucros do capital empregado, em si, estabelecer o preço natural que os bens e/ou serviços devem ter no mercado.

O preço do monopólio, numa dada ocasião, é o mais alto que pode ser atingido. O preço natural, ou o preço de livre competição, ao contrário, é o mais baixo que pode ser tomado, não em qualquer ocasião, é verdade, mas para qualquer intervalo de tempo considerável (...) Os privilégios exclusivos das corporações, estatutos de aprendizado e todas aquelas leis que restringem, em empregos particulares, a competição a um número menor que de outro modo poderia ocorrer, têm a mesma tendência, se bem que em menor grau. São espécie de monopólio ampliados, e podem frequentemente, durante eras, e em classes inteiras de empregos, manter o preço de mercado de certas mercadorias acima do preço natural e os salários do trabalho e os lucros do capital empregado neles um pouco acima de sua cotação natural. (Smith, 2017, pos. 1239-1243, grifo nosso).

31 O termo “mão invisível” geralmente percebido como uma “força invisível” que autorregula o mercado, como visto na citação feita a partir do livro do próprio Smith, que dizer mais que uma autorregulamentação do mercado. Como depreende-se do que se pode ler do texto original.

32 *Laissez-faire* em tradução livre do francês “deixa fazer” é em outras palavras expressão francesa que denota a ideia do liberalismo económico, de um mercado livre e sem intervenções estatais.

Poderíamos afirmar que para alguns essa massiva competição seria prejudicial? E o esforço para um produto cada vez melhor e cada vez mais barato iria levar os comerciantes à falência? Para o autor não, pelo contrário, esse facto juntamente com a “lei natural da oferta e da procura” é o modo de como os mercados se autorregulam. A mão invisível aqui seria justamente o mercado se autorregulando (Smith, 2017, pos. 4774-4778).

Assim, defende o ilustre economista, que o próprio mercado será sempre o melhor regulador da economia, muito mais que qualquer governo que se estabeleça. O governo para o este autor, deverá só se preocupar em exercer as funções essenciais, tais como administração da segurança, saúde, justiça, educação. Dessa forma precisará de poucos recursos, tornando-se assim o chamado “Estado-Mínimo” onde não precise cobrar tantos impostos. E os indivíduos livres de tantas decisões que intervêm na economia, muitas delas sujeitas a serem decisões de apadrinhamento e/ou prejudiciais, torna a sociedade mais harmónica. Nesse sentido os indivíduos poderão ser realmente livres, e viver num estado de maior igualdade. Com um Estado pequeno/enxuto e que precisa de poucos recursos para ser gerido, teremos menos impostos, e esse dinheiro ficará não com o Estado, mas sim nas mãos da sociedade.

Do pensamento de Adam Smith podemos tirar a construção de dois pontos de vistas revolucionários para sua época; o primeiro é o ataque/crítica aos fortes privilégios comerciais e agrícolas de certas classes sociais detinham, formando assim grandes monopólios, o que deixava a sociedade muito estagnada, e isso não aconteceria numa economia de livre mercado; o segundo grande ponto foi justamente afirmar que a riqueza das nações era produzida pelo trabalho das pessoas e não pelas reservas de metais preciosos (principalmente ouro e prata) que essas nações detinham. Esse último ponto, em particular, veio contradizer todos os pensamentos e teorias económicas da época, e por isso foi tão importante.

3.5. Delimitando “O Pensamento Smithiano”

Neste pondo do trabalho, pretendemos delimitar quais são o(s) principal(is) elemento(s) que iremos usar do pensamento de Smith, bem como queremos definir os aspetos principais e em qual sentido vamos usá-lo. Ao ler, reler e analisar o pensamento de

Smith, queríamos buscar nele a ideia que ligasse todos os pontos, o sentimento que resumisse toda sua teoria e que fosse o mais atemporal possível. Inicialmente foi difícil, mas depois de visualizada e dita, nos pareceu tão simples e óbvia, que chega até parecer simplista. Um dos livros que com certeza esclareceu esse ponto, é o raciocínio descrito no livro “O Mistério do Capital” de Hernando de Soto Polar (Junqueira, 2003, pp. 51-54), que trabalharemos mais adiante.

Se entendermos Adam Smith como pai do Capitalismo, então a essência do pensamento Smithiano é o Capitalismo. Mas aprofundemos mais no conceito, se todo sufixo de “ismo” é uma crença ou fé no que vem antes, no caso em tela no seu radical “capital”, então presumimos que capitalismo é a fé no capital. Exemplo, judaísmo é uma crença no povo judeu, no caso na visão judaica no D’us dos judeus, Cristianismo é uma crença/fé no Cristo, nos ideais de Cristo, Marxismo é uma crença nas ideias que iniciaram com Karl Marx.

Então o que seria o Capitalismo, a não ser a crença no capital? Mas não é o capital no sentido estrito de dinheiro, bens, serviço ou créditos de algum valor, mas sim no sentido de investimento. Capital é assim “algo” que tem determinado valor, e que é aplicado “economicamente” para gerar mais valor do que o inicialmente investido. É assim que se revela o investir sabiamente. Como explica Hernando de Soto Polar “O capital é um valor em que você pode confiar, que dá início, nas palavras de Marx, a outras coisas. Ou, como dizem os economistas, são mercadorias que produzem outras mercadorias” (Conjuntura Econômica, 2001, p. 38).

Como Polar expõe, o verdadeiro mistério do capital é conhecer os processos de conversão de ativos³³ em capital líquido³⁴, e com isso gerar desenvolvimento. Faltando esse fenômeno simples e crucial, o sistema capitalista falha. Assim o grande mistério do capital é fazer-se conhecer os processos de transformação desses ativos em capital líquido e é esta a grande conquista para o alcançar o desenvolvimento.

Nesse pensamento, capital é assim o investimento acertado de um ativo, para gerar mais ativo do que o inicialmente investido. O que seria então Capital Intelectual?³⁵

33 Na contabilidade “ativo” é o termo usado para expressar conjunto de valores que compõem ou formam ou patrimônio, sejam eles créditos, bens ou direitos.

34 Capital Líquido é a diferença entre o Ativo e o Passivo numa empresa, é o ativo que está disponível para ser utilizado ou/e movimentado.

35 É bom lembrar, que queremos aqui usar um conceito um pouco mais próprio de Capital Intelectual, como foi dito no começo.

Intelectual é uma propriedade metafísica que só pode ser manifesta pelo único ser que denota intelectualidade, o homem. Essa propriedade metafísica, provém do espírito humano e só por ele pode ser manifesta. Mais uma vez citando Maia se referindo à Propriedade Intelectual mais que cabe aqui uma comparação. “(...) [propriedade intelectual seria] as criações do espírito humano, concebidas pela imaginação e pela capacidade criativa do homem, apoiadas no conhecimento e nos investimentos em recursos humanos e materiais (...)” (Maia, 2003, p. 13, grifo nosso e modificado). Observamos assim, que claramente o que faz nascer e dar origem a o que posteriormente pode ser Propriedade Intelectual é o Capital Intelectual nela empregado.

Então, no nosso entendimento, a pedra angular que pode ser usada para dar sustentação (numa conceção mais moderna) à teoria económica de Adam Smith seria o Capital Intelectual. Se antes na época de Smith, podíamos dizer que o trabalho é o meio central pelo qual se produz riqueza, hoje este ainda não deixou de sê-lo, o que propomos neste trabalho é atualizar qual seria esse meio principal. E queremos chamá-lo de Capital Intelectual, pois é através deste que o trabalho transforma a natureza ao nosso redor a fim de dar a ela maior utilidade e produzir assim riqueza. Posto isto, podemos mais adiante construir nosso próprio conceito de Capital Intelectual.

Capital Intelectual é o investimento de ativos³⁶ de forma acertada visando a conversão destes em capital líquido³⁷, utilizando-se toda criação e inovação derivadas do espírito humano, concebidas por sua imaginação e pela sua capacidade criativa, apoiadas na manipulação do conhecimento/informação (dados disponíveis), mas que sejam capazes de alteração social e/ou económica, isto é, sejam capazes de moldar ou alterar a realidade social e/ou económica de um indivíduo, comunidade, nação ou mundo a sua volta.

36 Ativos aqui num sentido amplo, para além do sentido contábil, podendo ser um conhecimento técnico por exemplo. Somos da posição que “ativo” aqui, não pode ser um recurso parado no tempo, todo “meio de produção” parado no tempo, em ociosidade (Smith menciona isso), é por muitas vezes a morte desse “ativo”, ativo puxa o conceito justamente do significado dado ao próprio nome “aquilo que está em movimento”. É em si o capital empregado em algo, a ideia de investir, e ao fazê-lo o indivíduo quer justamente sair da ociosidade, ele busca e anseia ganhar mais do que foi inicialmente foi investido. Então, o ativo precursor de tudo é o ativo intelectual, a essa faculdade e possibilidade chamamos Capital Intelectual.

37 Definição de Capital Líquido que é diferente de ativos. Como foi mencionado o ativo pode ser até uma ideia ou algo abstrato ao nosso ver, desde que esteja em movimento e em busca de produzir algo. Já o capital líquido em sentido comum é o património líquido, a diferença entre os valores dos ativos e os passivos. De uma forma mais abstrata, o capital líquido ao nosso ver pode ser o ganho que obtivermos, mesmo que esse ganho seja imaterial e de valor somente intelectual, feito acontece na apreciação de alguma obra artística.

Toda mudança ou alteração na realidade fática do mundo (natural) provém do Capital Intelectual e que depois gera uma ação humana no mundo de facto³⁸. O Capital Intelectual assim é o verdadeiro elemento capaz de criar e destruir nações, de fazer nascer e morrer ideologias, e ao nosso ver é o grande trunfo para criação de uma nação abastada, principalmente quando começa a rodear-se com ideias e direitos de propriedade sobre esse “conhecimento”, principalmente ao fazer com que os outros ao redor desse mesmo mercado respeitem esse direito. Assim no mundo moderno e de comércio globalizado, a forma de proteger e assegurar retorno do Capital Intelectual na maior gama possível (mesmo que não seja possível totalmente), é a partir do direito industrial e autoral, é a partir promoção e fomento da Propriedade Intelectual.

Deste modo, fica notório com o que foi supracitado, que o conceito de Capital Intelectual que estamos trabalhando aqui, vai para além do conceito usual de Capital Intelectual, algo que não podemos confundir.

Neste sentido, podemos dizer que o Capital Intelectual tem o potencial em si, para geração de riqueza e desenvolvimento social. Tanto Adam Smith quanto Karl Marx referem-se ao “trabalho” humano, como um dos elementos mais importantes para produção e geração de riqueza. Acreditamos que o Capital Intelectual pode ser uma visão atualizada desse elemento. Por todo o escopo já construído nesta dissertação, queremos demonstrar e tornar evidente que nos dias atuais o elemento essencial para geração de riqueza é o Capital Intelectual, um que seja passível ou não de proteção, mas que tenha escalabilidade global.

Podemos também definir o Capital Intelectual como toda a manifestação intelectual do ser humano, que inicialmente nasce como uma ideia, um conceito, que tem consigo o potencial de quando nela investida promova ao indivíduo, sociedade, comunidade mais efetivamente do que nela foi inicialmente investido e que altere a realidade no campo cultural, económico e/ou social.

Podemos colocar como exemplos: A própria obra Riqueza das Nações de Adam Smith, que altera o contexto sociocultural e económico da época. Inicialmente estruturado no campo das ideias (plano intelectual), foi elencado socialmente por uma classe (burguesia) em ascensão em vista seus próprios interesses, tornou-se o *status quo* e culturalmente um hábito comportamental defendido por aqueles indivíduos, isto é, um

38 Uma obra que trabalha muito bem nesse sentido é o livro de um dos maiores economistas, obra esta considerada um dos pilares do século XX, “Ação Humana” de Ludwig von Mises.

costume moral e valorado naquela sociedade, e que por fim alterou a realidade fática/física (mundo natural), trazendo também um ascensão/alteração económica e prosperidade. E que agora naturalmente está sendo combatido.

Podemos também elencar outros, sejam eles: As 95 teses de Martinho Lutero também é um exemplo ao impulsionador da Revolução Francesa; a ideia inicial do *Personal Computer* da Apple ao introduzir o Computador Pessoal no mercado doméstico; a ideia de uma rede social mais objetiva e minimalista de Mark Zuckerberg com o Facebook; um pequeno software para servir de interface para todos os *Personal Computer* que estavam a surgir no mercado, chamado Microsoft; assim também foi com o primeiro *smartphone* em 2007 novamente pela Apple. Mas para além disso, justo ou não, temos que perceber que o Capitalismo é acima de tudo um sistema económico de produção de riqueza, e não de distribuição “democrática” de renda.

4. ANÁLISE AO PENSAMENTO SMITHIANO

4.1. As Críticas Mais Conhecidas

Desde a formulação e estruturação de sua teoria económica, o pensamento e as ideias de Smith foram criticados ao longo das décadas, tanto numa perspectiva positiva, como numa perspectiva negativa. Nos aspetos positivos foram demonstrados onde suas ideias funcionavam bem e seus acertos na explanação do fenómeno da Economia de Mercado³⁹ que estava a acontecer e crescer em seu período histórico. Também foi debatido a taxa de acertos das ideias defendidas por Smith de um mercado mais livre da atuação do Estado e se realmente era benéfico para dinâmica dos agentes sociais, políticos e económicos envolvidos. Do mesmo modo muitos economistas e estudiosos na área, buscaram evidenciar até certo ponto e acertadamente muito de seus erros e pontos falhos, principalmente aqueles que adviriam de uma alteração social das estruturas, bem como de mudança natural dos mercados económicos. Apontaram erros e equívocos que se evidenciavam tanto numa estrutura macroeconómica, como também microeconómica.

Decerto que as muitas das críticas, sejam elas favoráveis ou contrárias ao modelo considerado por Adam Smith, as ideias de Smith possibilitaram que a maioria dos pensadores e economistas posteriores começassem a trabalhar as suas próprias teorias e ideologias mais fortemente, tornando-os por assim dizer não tão somente seres políticos, mas sim indivíduos mais interessados e preocupados com a política económica⁴⁰ de sua nação.

As críticas contrárias em geral debatem sobre as estruturas básicas que consolidam o pensamento de Adam Smith, tais quais: como a Economia de Mercado funciona ou deveria funcionar, o Livre Mercado, a consolidação do Capitalismo, a desigualdade social segmentada ou o agravamento da desigualdade entre classes e o preço/custo da prosperidade.

39 A Economia de Mercado é um movimento natural da civilização da sociedade organizada, restringir esse movimento é como dar um passo para trás na evolução natural das relações negociais de uma sociedade organizada.

40 Política Económica tinha “por objetivo definir as orientações que o Governo devia seguir e as intervenções que eventualmente devia efetuar para aumentar a riqueza de um país. Os mercantilistas do século XVII sugeriam uma política de expansão das exportações e de controle, ou até mesmo de proibição das importações” (Bobbio, 1998, p. 968).

4.2. Um Pouco de Karl Marx

Um dos críticos usualmente mais lembrados e conseqüentemente correlacionados como contraponto ao pensamento Smithiano é Karl Marx. Smith trabalhou numa perspectiva e visão bem diferente das ideias trabalhadas por Karl Marx. Observamos no pensamento de Adam Smith o economista “*apostando*” no que poderíamos metaforicamente dizer como o “*cavalo certo*”. Adam Smith aposta na natureza moral do homem, no seu comportamento em sociedade, nos valores que ele escolhe para tomar suas decisões no meio social, isto é, em resumo a natureza comportamental (interesse próprio) desse indivíduo, para fundamentar sua teoria econômica.

Já Karl Marx entendia o Socialismo⁴¹ como uma evolução do Capitalismo⁴², este último já implementado em sua época, e defendia também que depois do Socialismo viria o Comunismo, a fase final para o desenvolvimento da sociedade humana. Observamos num estudo mais intimista das ideologias de Marx, que o mesmo foi compelido a ela, ao enxergar o nível que chegou as injustiças⁴³ que a classe operária/proletariado vinha sofrendo no seu momento histórico e assim fundamentou suas “teorias” na aspiração e desejo seu e dos homens de uma sociedade melhor e mais justa (Bobbio, 1998, p. 1119).

Isso tudo alegando que suas análises econômicas e históricas previam um “movimento real” (que se manifestaria do movimento operário), e não utópico do destino da sociedade para o Comunismo, posteriormente chamado de “Socialismo Científico”.

41 Para alguns autores não importa a mudança do nome, se o sistema de filosofia política se estrutura da mesma forma. “(...) nos Estados Unidos, ‘socialismo’ é chamado de ‘liberalismo’ e o socialista, o social democrata de lá, que se qualifica como ‘liberal’ geralmente detesta ser chamado de ‘socialista’.” (Hoppe, 2013, p.17).

42 Enquanto o Capitalismo sob um viés socioeconômico é um “como conjunto de comportamentos individuais e coletivos, atinentes à produção, distribuição e consumo dos bens” que tem como características “a) propriedade privada dos meios de produção, para cuja ativação é necessária a presença do trabalho assalariado formalmente livre; b) sistema de mercado, baseado na iniciativa e na empresa privada, não necessariamente pessoal; c) processos de racionalização dos meios e métodos diretos e indiretos para a valorização do capital e a exploração das oportunidades de mercado para efeito de lucro”. O Socialismo historicamente se apresenta como um programa político e econômico de controle coletivo da “propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social” que tem como características “a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (...) através da intervenção dos poderes públicos”, ou seja há uma grande restrição e limitação da propriedade privada (Bobbio, 1998, p. 141; p. 1196-1197).

43 “Realizado pela revolta desesperada de uma massa de hilotas embrutecidos pela miséria e pela ignorância, o socialismo nunca seria socialismo, isto é, autogoverno da classe operária” (Bobbio, 1998, p. 1119).

Apesar disso tudo, somos da opinião de que as ideias do Socialismo e Comunismo Marxista, trabalham sobre ideias bonitas e aspirações de igualdade, que se implementado num sistema social e económico são inconciliáveis, e que infelizmente não funcionam, pois estão alicerçadas numa natureza moral utópica do homem. O Socialismo e o Comunismo vêm a mutilar com o que faz a “roda girar” numa sociedade, vem a destruir a evolução natural do conceito de propriedade privada, em si tolhem com o desejo de ser melhor para si e para os seus, enfim aposta no “cavalo errado”, aquele que infelizmente nunca ganha a corrida.

Ademais, é bom lembrar, não devemos confundir aqui política económica com política social, apesar de se tangenciarem em vários pontos. Também não devemos confundir com as demais políticas ideológicas e filosóficas que podem reter um governo, e apesar de muitas se entrelaçarem, o que os dois filósofos (Smith e Marx) se propõem a fazer é trabalhar os pontos de vistas, económicos e sociais.

No nosso entender, sobre o atuais sistemas ditos “puros” e capitalistas de hoje, observamos neles características de aspeto de incentivo social, seja um ou outro aspeto. Não existe hoje - e talvez nunca tenha existido -, o sistema capitalista puro de Smith aplicado no mundo real, isso até seria impossível e absurdamente inviável. E o mesmo acontece em muitos países ditos socialistas, onde se mesclam um variedade de estruturas e, que por mais que suas políticas sociais tenham influências socialistas, suas economias se voltaram para o sistema capitalista, não tendo outro caminho natural se não esse, pois seria negar a própria evolução natural da sociedade. O exemplo disto são muitos países “ditos” socialistas na Europa, isto é, na sua política social apresentam elementos “moderadamente” socialistas, mas a sua política económica é inegavelmente baseada no capital. Outro exemplo é China “Comunista”, de estrutura de organização política fortemente comunista, mas a política económica é capitalista. Mas mesmo se pegarmos os países “ditos” capitalistas, estes são na verdade, uma adaptação do capitalismo de Smith com outras ideias de promoção social, o que podemos chamar de *welfare state*⁴⁴ influenciando sua política social, o que alguns podem enxergar como ideias socialistas, pois são políticas de promoção social, o que ao nosso entender não passa de um erro clássico⁴⁵.

44 Estado de bem-estar social.

45 Ao nosso entender, não poderíamos confundir políticas de promoção social com políticas socialistas/comunistas Marxistas. Esta últimas tendo aspetos muito mais fortes e predatórios quando a liberdade contratual e propriedade privada

Nesse mesmo sentido, chamamos a atenção ao que foi referido por Hoppe (2013, pp. 16-18, grifo nosso):

(...) a crença de que deve, portanto, existir vários graus e tipos de socialismo e de capitalismo, ou seja, diferentes níveis em que os direitos de propriedade privada são respeitados ou ignorados. As sociedades não são puramente capitalistas ou socialistas. De fato, todas as sociedades existentes são socialistas em alguma medida (até os Estados Unidos, que são certamente uma sociedade relativamente mais capitalista do que a maioria, é, como ficará evidente, incrivelmente socialista e têm, de forma gradual e ao longo do tempo, se tornado ainda mais (...))

Mas como a maioria pensa de tal forma, para facilitar o discurso, vamos explanar da seguinte forma; quando dizemos que na política social tem elementos socialistas, queremos dizer que há um direcionamento nessa política para que a riqueza e prosperidade gerada pelos meios de produção, seja de alguma forma distribuída ou estratificada em benefícios sociais e ações de bem-estar social para todos os indivíduos dessa mesma sociedade.

Considerando essa perspectiva como verdadeira, ao nosso ver, o erro é pensar o socialismo como um sistema político-económico, e não um sistema político-social, que visa essa distribuição de riqueza. Obviamente sabemos que o conceito ou o socialismo previsto por Marx é muito maior que esses benefícios, querendo controlo pelo Estado de toda economia, bem como a limitação da propriedade privada, para depois na instalação do Comunismo, a inexistência da propriedade privada.

Como muitos dos problemas de discordância na área de ciências sociais, como não podia ser diferente é um problema de preconceito de visão ideológica e principalmente de confusão conceitual, tanto do que é capitalismo, socialismo ou comunismo. Ocorre que mais importante que o conceito em si é a extração que fazemos da realidade das informações coletadas a respeito objeto de estudo. Considerando a premissa anterior verdadeira, podemos resumir pela pesquisa que fizemos que chegamos à conclusão que o que temos hoje em dia são nações e sistemas políticos com elementos de mais de um destes sistemas do que do outro. E isso acontece com diversas variações e modificações a depender do desejo, contexto, cultura de formação de cada nação. E que no que concerne à política económica é mais predominante a característica do sistema capitalista, que neste

ponto funciona melhor. E quando nos referimos de políticas sociais, vemos o crescimento de “políticas socialistas” pois aqui estas funcionariam e se encaixariam melhor.

Explanando e aprofundando melhor o assunto, A Revolução Burguesa (1640-1850), estava em ascensão na época de Smith, mas estava plenamente estabelecida na época de Marx, esta Revolução Burguesa é fruto da Revolução Comercial (Séc. XII-XVIII) que por volta do século XV, começou a controlar a circulação de mercadorias, e com a Revolução Industrial (1760-1840), buscou controlar também a produção de mercadorias. Essa mesma burguesia, utilizou-se de pensadores com ideias como a de Smith para tal fim. Adam Smith não constatou em seu tempo, a efetivação da transição de poder absolutista e monarca (aristocracia) para a Sociedade Capitalista Burguesa, ao contrário de Marx que viu com os próprios olhos.

O Estado Monárquico e Absolutista da época de Smith, era mal visto pela burguesia em ascensão, justamente pelas restrições que o mesmo sofria, por isso adotou as ideias de Smith de Livre-Mercado, não por motivos altruístas e socialmente justos, mas por interesses próprios. Karl Marx viveu justamente no auge da sociedade capitalista e burguesa, viu não só a Economia de Mercado que estava acontecendo, viu a economia política⁴⁶ da época alterada, se antes era o monarca que vendia privilégios aos nobres, agora era o governante (detentor do poder político), que vendia aos burgueses. Se antes era o senhor feudal que explorava o vassalo, agora era a classe burguesa que explorava a classe operária.

É uma importante correlação e é desse elemento que se tira uma das bases de sua ideologia política e sócioeconómica (diferente de uma teoria económica e social), que pelas condições impostas a sociedade nesse sistema capitalista falido, inevitavelmente⁴⁷ uma revolução proletária iria acontecer e resultaria no socialismo, e em seguida outra revolução proletária deveria ser provocada resultando no comunismo. Marx “julga ler na dinâmica interna do capitalismo a previsão do seu inevitável descalabro, bem como a da

46 Economia Política como “ciência que trata da produção, distribuição e consumo das riquezas de uma nação”, Smith também escreve sobre (Smith, 2017, pos. 4325). O que não devemos confundir com Política Económica “tinham por objetivo definir as orientações que o Governo devia seguir e as intervenções que eventualmente devia efetuar para aumentar a riqueza do país” (Bobbio, 1998, p. 968). A primeira parte de como o objeto de estudo (relações sociais económicas) influencia o indivíduo em sociedade, tentando identificar as leis que as regem. E a segunda, como as políticas iniciadas por esses indivíduos podem alterar a realidade e decisões dos grandes e pequenos agentes económicos, como podem modificar a vida das pessoas.

47 “Marx e Engels parecem sustentar amiúde que o rompimento revolucionário com o passado é coisa inevitável: como à organização feudal da sociedade seguiu a organização capitalista, assim em seu auge o capitalismo cederá o lugar ao socialismo” (Bobbio, 1998, p. 1125).

formação das condições objetivas e subjetivas de uma sociedade socialista” (Bobbio, 1998, p. 1117)

Marx dá a entender em seus textos que o socialismo é inevitável e o comunismo deve ser provocado. Socialismo seria a evolução natural do capitalismo (de queda profética), e o comunismo uma revolução provocada, acabando com quaisquer opressões entre as classes, pois não existiriam mais “extratos sociais” (sociedade regulada) e sem Estado (sem pátria), uma negação à propriedade privada, pois agora a propriedade seria comum. Nas teses originárias de Marx “se concluía ser inevitável o choque frontal entre proletários e capitalistas, ou seja, a revolução. Algo objetiva e subjetivamente inevitável. Objetivamente, porque estando a raiz do agravamento da crise na propriedade privada, só a eliminação radical desta poderia trazer o remédio” (Bobbio, 1998, p. 1119)

Acontece que Marx nunca forneceu uma descrição detalhada de como o comunismo poderia funcionar como sistema económico, daí ser uma ideologia política e socioeconómica (frise-se ideologia). Por isso defendemos que são ideologias provindas da aspiração e do desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. Somos também do entendimento que Adam Smith também não forneceu todos os elementos de um sistema económico, e isso nem seria possível, mas ao contrário de Marx, o traçou em linhas gerais, desse modo desenvolveu uma teoria económica (frise-se teoria). Mesmo que algumas das projeções e discernimentos de Smith não se tenham verificado, devido ao tempo e às transformações da sociedade, a base de sua teoria é sólida e atemporal. Já Karl Marx faz uma correlação perigosa ao entender as divisões e disputas das classes sociais, como um dos fatores mais importantes do seu pensamento e motivo de todo mal social, tornando a defesa dessas ideias uma das bases de sua ideologia política e sócioeconómica.

Já as ideias de Smith clareiam a constatação do desenvolvimento económico que estava estruturando-se em seu tempo. Ele se propõe a estudar seus pontos de acerto e erro, onde estava seu valor, bem como a razão da sua ascensão e de seguida arquitetar modelos de atuação do Estado e seus indivíduos, explanando o que deveria ser fomentado e o que deveria ser evitado. Com fundamento nisso, sua teoria apresenta-se como um modelo económico, com uma base real, a partir do comportamento humano, pois também trabalha com as razões e valores que movem os homens em suas relações sociais.

Já as ideias de Marx fundamentam-se num modelo social aspirado do desejo de igualdade e justiça própria, visto a alta opressão burguesa de seu contexto histórico. Mas

em nenhum momento em suas obras ele estrutura um modelo económico. Marx analisa a evolução sócioeconómica da humanidade, mas não fornece base para comprovar suas predições e ideologia, para além do desejo íntimo de assim sê-lo. A luta de classes é facto, e que aconteceu ao longo da sociedade? Também é facto. Mas se em algum momento vai deixar de acontecer ou como esse processo de lutas de classes deve acontecer, somos da opinião de que é subjetivo do autor. As ideias de Marx são em si uma ideologia política do filósofo. Poucos servem para um modelo económico, porque nem foi estruturada para assim ser.

Vale lembrar que um erro clássico é confundir correlação com causalidade, ou pior achar que correlação implica em causalidade. A quantidade de informações que absorvemos principalmente hoje por sua fácil disponibilidade, faz-nos pensar facilmente uma correlação com elementos distintos e a partir daí naturalmente concluirmos que existe ali uma casualidade, mas a realidade é que a maioria das vezes é um “falso positivo”.

Se por acaso começamos a constatar uma correlação entre dois ou mais fenómenos/ eventos, não significa que eles estão necessariamente vinculados, e se aconteceram por exemplo no mesmo período de tempo, essa correlação não implica também que, o primeiro é causalidade do segundo.

Um exemplo de simples entendimento e muito usado, mas que é real, é a alta correlação dos sorvetes com os incêndios florestais. Se observamos com atenção toda vez que começam a vender muitos sorvetes, os incêndios florestais começam. Você poderia desavisadamente pensar que o melhor era acabar com os sorvetes, assim os incêndios florestais acabariam. Você pode até achar engraçado, mas se o exemplo subisse graus e graus de complexidade, você não conseguiria ver o terceiro elemento aqui, que é o calor. O terceiro elemento, um que nesse exemplo simplista é fácil encontrar, mas em outros casos (sistemas económicos) não é tão fácil, ou até não existe, e é pura coincidência.

Poderíamos correlacionar sorvetes em várias outras coisas, o aumento de crimes, acidentes desportivos e etc. Por fim, como visto no exemplo, não é porque o “facto 1” parece ter correlação em algum aspeto com o “facto 2”, que o “facto 1” seja causa do “facto 2”, ou vice-versa. Essa capacidade de fazer correlação é tão comum que impressiona. Nossa mente tem como um processo cognitivo natural buscar padrões, e entender esse processo ajuda-nos a descobrir muitas das falácias em várias teorias de organização económica, ou melhor, ideologias políticas. Marx faz justamente uma

correlação da luta e desigualdade entre classes como o mal social maior do qual advém todos os outros males sociais, e que precisa ser assim combatido.

Desde modo tratamos de chamar a atenção aqui não só a essas críticas, sejam elas positivas ou negativas. Temos que ter em mente que nenhuma teoria ou modelo económico é perfeito ou será perfeito, mesmo porque a sociedade evolui, e vários e novos fenómenos aparecem e modificam o contexto social, político e/ou económico. Em vista disso, propormos que consideremos o Capitalismo como um ser que se move no tempo e no espaço, e que este transforma-se em gravidade, significado e potência. Mesmo porque foi isso que aconteceu com o modelo de capitalismo de Smith ao longo do tempo, tendo consigo várias contribuições posteriores e alterações de sentido e estrutura. É por conseguinte uma teoria económica que é aplicada em diversos países em essência, mas com uma diversidade infinda na hora de sua implementação.

Nesse sentido refere-se Hoppe (2013, p. 18, modificado):

Esses tipos de política [socialista e capitalista] (...) não são completamente homogêneas e mutuamente exclusivas. Cada uma pode ser realizada através de graus variados, há diferentes formas de fazer as coisas sob cada uma dessas categorias de política e os diferentes esquemas políticos podem ser combinados até certo ponto. Na verdade, cada sociedade é uma mistura de todos eles, pois é o resultado de diversas forças políticas que variaram em força e influência em diferentes momentos da história. (...) eles compõem os esquemas políticos associados com grupos sociais, movimentos, partidos etc., claramente distintos e que cada esquema político afeta a riqueza geral de uma forma um pouco diferente.

Queremos chamar a atenção aos pontos que convergem tanto numa sociedade gerida por uma política económica capitalista, como numa sociedade que busca políticas sociais mais igualitárias, de oportunidades e distribuição de riquezas. Para Karl Marx por exemplo, a evolução natural do sistema feudal era uma sociedade capitalista, e por conseguinte socialista⁴⁸. Mas assim como Smith, o mesmo concordava que no fundo, o elo inicial e importante na produção de riqueza e geração de valor era o trabalho, isto é, no sentido que o único elemento que realmente produz valor de um bem ou serviço é o trabalho nele inculcido⁴⁹. É assim o trabalho que transforma a natureza ao nosso redor a fim de dar a ela maior utilidade.

48 Já a Sociedade Comunista seria uma etapa final do socialismo, ou melhor, um passo que necessitaria de um movimento político para tal.

49 Observamos tal facto ao longo da dissertação para além da Teoria do Valor-Trabalho de Adam Smith e de Karl Marx.

Então por fim chegamos à conclusão de que devemos tratar o capitalismo ou socialismo não como teorias acabadas e proeminentes a preencher as mesmas funções. Cremos que o mais acertado é afirmar que as duas teorias são ideias que se movem no tempo, e ganham com o passar dos anos, e contribuições de novos pensadores, e assim novos e maiores significados. Numa sociedade que também se move no tempo, os conceitos, as novas necessidades e dinâmicas também se movem, não subsistindo assim um sistema perfeito e completo. Propomos assim tratarmos cada teoria pelo que “acreditam” de melhor ser, em sua essência, ou buscar em cada uma nelas seus aspetos mais prósperos e valorosos. O capitalismo como uma teoria económica que busca a prosperidade social através da produção valor e crescimento económico, e o socialismo como ideologia social, tentando viabilizar uma maior distribuição de renda, maiores oportunidades das classes mais desfavorecidas por meio das políticas sociais e de promoção social. Uma sendo aplicada na política económica e outra na política social, sempre se revisando, se alterando e buscando se adaptar as novas realidades que sempre vão surgindo.

4.3. Hans-Hermann Hoppe

Há duas obras de Hans-Hermann Hoppe que são de grande importância e que tanto completam como dão base ao pensamento por nós estabelecido nesse subcapítulo anterior. A primeira é a obra “*Uma Breve História do Homem*” e a segunda é “*Uma Teoria do Socialismo e do Capitalismo*”. Na primeira obra o sociólogo, filósofo e economista alemão-americano Hans-Hermann Hoppe apresenta como os ensinamentos da Escola Austríaca de Economia “podem ser usados para ajudar-nos a compreender a história”. Como o desenvolvimento do direito à propriedade privada de forma assegurada, e a abertura para um livre-mercado foram fundamentais para o progresso e prosperidade da humanidade como um todo (Hoppe, 2018, pos. 100;106).

Em resumo, este economista nessa primeira obra, faz estudos que tem o propósito de explicar alguns dos grandes eventos da humanidade. Na primeira parte, a origem da propriedade privada, desde o seu início há cerca de onze mil anos até praticamente o fim do século XIX. Na segunda a origem da Revolução Industrial que teve início por volta de 1800. E no terceiro ponto é a origem e a transformação do Estado como ele é hoje, isto é,

de um “Estado monárquico, com seus reis ‘absolutos’, (...) [para um] Estado democrático, com o povo ‘absoluto’ ” (Hoppe, 2018, pos. 119-129). Decerto que o que nos interessa nessa obra e o que nos chamou a atenção é essencialmente o primeiro ponto, a origem da propriedade privada, bem como um dos elementos principais por detrás do segundo ponto “A Revolução Industrial” que é o livre-mercado. Pois como já vimos, essa é umas das “peças chave” da teoria económica de Smith.

Em resumo, o pensamento deste economista, no primeiro ponto é que desde os primórdios o progresso e ascensão da sociedade passam pela noção de propriedade e bem económico. E para essa propriedade tornar-se bem económico é necessária uma transformação nesse elemento inicialmente natural, isto é, que provém da natureza. Essa transformação se dá não por outro meio, senão pelo homem, seja pelo uso que dá a esse elemento no processo de transformação ou como ele o identifica/classifica como meio.

Um exemplo que podemos dar do primeiro é um pedaço de madeira, que por um processo de transformação pode virar uma lança, e um exemplo do segundo, da propriedade que torna-se bem económico, é o metal “ouro, prata, bronze” que o classificamos seu valor não só pelo uso, mas também pela reserva de valor nele identificado (Hoppe, 2018, pos. 570-574). Como descreve o famoso economista Ludwig von Mises (citado em Hoppe, 2018, pos. 576) “Uma coisa só se torna um meio quando a razão humana percebe a possibilidade de empregá-la para atingir um determinado fim e realmente a emprega com esse propósito”.

Chegamos ainda à conclusão por toda leitura de “*Uma Breve História do Homem*”, que a destituição, mesmo que só da propriedade privada (se mantendo ainda a propriedade coletiva) é sem dúvida a morte do crescimento e desenvolvimento dos indivíduos em sociedade. Por mais que a propriedade comum tenha seu papel importante - principalmente, no começo nas sociedades caçadoras e coletoras -, essa propriedade não poderia ser caracterizada como um meio (*bens económicos*), mas sim como bens livres (*parte do ambiente*). Isso se dá, segundo o autor, porque inicialmente nessas sociedades primitivas - do qual viemos e somos influenciados até instintivamente -, a propriedade coletiva/comum não significava nada além do seu próprio uso, do que naquele momento em que dela dispomos. Essa sociedade primitiva não cuidava do que já existia e nem cultivava. “Eles não exerciam controle sobre a fauna e a flora dadas pela natureza cuidando delas ou criando-as. Apenas pegavam porções da natureza. A terra, para eles, não era nada além de uma condição para suas atividades, e não sua propriedade”. (Hoppe, 2018, pos.

550-586). Não existe assim a ideia de propriedade, nem mesmo coletiva. Não existia assim inicialmente, cuidado, cultivo e nem produção de algum valor.

A partir do momento que essa sociedade de caçadores e coletores passou para uma sociedade que dominava a agricultura e a pecuária, que plantava, cuidava e controlava esse meio de produção, bem como começou a conceber-se a ideia ainda mais complexa de cuidar de animais, domá-los e criá-los, criou-se assim entre os homens o sentimento natural de posse e pertencimento, a ideia de propriedade (para além das coisas pessoais)⁵⁰, pois lá gastavam seu tempo e esforço, e lá buscavam resultados para si e para os seus⁵¹ (Hoppe, 2018, pos. 614-631).

E quando você retira essa premissa tão natural e de recompensa do esforço feito de forma individual ou familiar, através da destituição da propriedade privada, excluindo assim o sentimento de posse e pertencimento, ficamos destinados a ser uma sociedade infrutífera e estéril. Decerto que os indivíduos se comparam entre si, até em seus desejos e esforços empregados em suas atividades e buscam satisfazer esses anseios. Agora imagine esse mesmo indivíduo ver o outro que pouco faz e pouco se esforça, tendo as mesmas recompensas e resultados numa espécie de propriedade comum/coletiva. Então isso acautela instintivamente para que o mesmo não se desenvolva individualmente, pois terá “o mesmo” resultado/recompensa esforçando-se muito menos. Decerto também que um indivíduo em sociedade emprega força e energia para a florescimento de si próprio e dos seus, mas não fará com o mesmo zelo para os demais que julga não tão dignos ou com que não tenha um vínculo.

Como ainda acrescenta o autor, só através do asseguramento da propriedade foi possível a sociedade passar de um estágio de evolução primitivo, para um estágio de evolução mais desenvolvido “A apropriação da terra como propriedade e base da agricultura e da criação de animais foi apenas metade da solução para o problema imposto pela pressão populacional cada vez maior. Graças à apropriação da terra, passou-se a usar a terra de forma mais eficiente, o que permitiu que uma população maior sustentada” (Hoppe, 2018, pos. 707). A ideia de propriedade na sociedade, por assim dizer, é uma ideia vinculadora ao desenvolvimento e melhoramento da mesma.

Ainda nessa obra “*Uma Breve História do Homem*”, o autor demonstra no Capítulo ii - parte II do seu livro, como o crescimento populacional estava ligado a “renda *per*

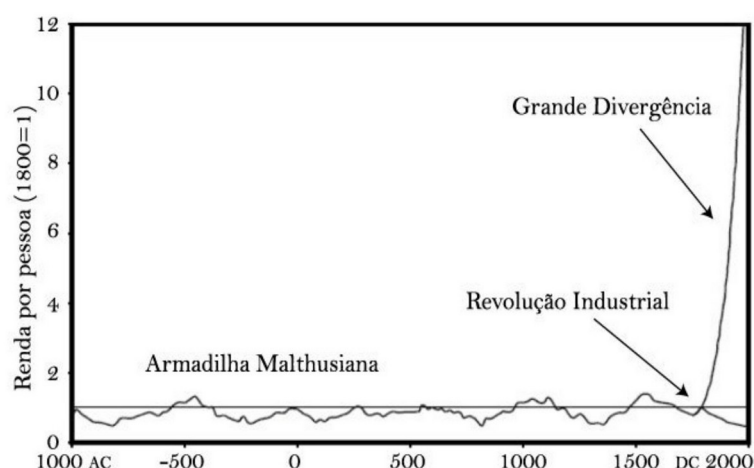
50 Roupas, ferramentas, instrumentos e ornamentos.

51 Ao nosso entender bem Smithiana essa ideia.

capita desde o início da história humana (...) também mostra uma rutura importante ocorrida por volta de 1800” e antes desse período na maior parte da história humana registada essa renda não teve aumento significativo tão grande. “Havia [sim] altos e baixos na renda, devido a vários eventos externos, mas nenhum lugar houve uma tendência contínua de crescimento da renda *per capita* discernível até 1800”.

Figura 1 - Prosperidade Pós-Revolução Industrial

O Rendimento Cresceu em Muitos Países Depois de 1800,
mas Diminuiu em Outros.



Fonte: (Hoppe, 2018, pos. 933 e ss).

O gráfico apresentado acima é tirado da obra do próprio autor (Hoppe, 2018, pos. 823-933). Nos traz a informação que, num período de 200 anos, dos anos de 1800 a 2000, o mundo passou de aproximadamente 900 (novecentos) milhões de pessoas para mais de 6 (seis) mil milhões de pessoas. Isso só foi possível graças a uma Revolução Industrial que foi impulsionada por uma Revolução Comercial e Científica que estava a acontecer na Europa.

Constatamos assim um elo de rutura na evolução da humanidade, elo esse que nos mostra que ela só pode crescer do jeito que cresceu quando as condições de produção de bens e serviços eram o suficiente⁵² para que essa sociedade se desenvolver e prosperar. Foi assim uma conjunção de fatores “a população pôde crescer, principalmente porque mais terra era apropriada para a agricultura, e em parte por causa da tecnologia mais avançada a

52 Não estamos querendo dar a entender que as mesmas eram as melhores ou suficientemente dignas, mas as mínimas para que deem possibilidade de crescimento.

bens de produção e à maior e mais intensa divisão do trabalho” (Hoppe, 2018, pos. 943-944, grifo nosso).

Já a sua outra obra “*Uma Teoria do Socialismo e do Capitalismo*”, é sem dúvida “um tratado sistemático sobre teoria política”, mas podemos ser mais breves, e dizer de forma resumida que o economista defende a ideia que basicamente só pode existir dois tipos de modelos económicos: socialismo e capitalismo e, assim, todos os demais sistemas económicos seriam combinações destes dois modelos (Hoppe, 2013, p. 15).

Hoppe resume o capitalismo como “um sistema social baseado no reconhecimento explícito da propriedade privada e das trocas contratuais entre proprietários privados [livre contratação], sem qualquer tipo de agressão [a propriedade ou o livre manuseio dela]”. E, quanto ao socialismo, diferencia-o em duas versões; o de esquerda (estilo-russo e social-democrata) e outro mais conservador. O de esquerda seria o que fomenta mais a estatização e a redistribuição, enquanto dito socialismo “conservador”, tem foco na forte regulamentação, protecionismo, controles comportamentais e nacionalismo. Em resumo, o “socialismo [seria] uma política institucionalizada de agressão contra a propriedade, e o capitalismo [seria] uma política institucionalizada da propriedade e do contratualismo” (Hoppe, 2013, pp. 16;71 e 21, modificado).

Nessa sua obra, o autor nos passa o pensamento defendido por ele e também referido em outras palavras por Adam Smith, de que o crescimento e ampliação da sociedade é um pensamento indissociável da ideia de liberdade comercial, de liberdade contratual, de livre disposição da propriedade e também do asseguramento dessa propriedade sem uma interferência forte por parte do Estado.

Por fim, podemos dizer que por mais que o economista Hans-Hermann Hoppe seja uma figura com posições políticas polémicas, este também é considerado um dos mais notáveis estudiosos libertários de nosso tempo e professor emérito de economia da Universidade de Nevada, Las Vegas (Hoppe, 2018, p. 64). Buscamos aqui nos apropriar só dos pontos e conceitos que são mais interessantes desenvolver e que tem correlação com o nosso tema e com nosso ponto de vista.

4.4. Os Prêmios Nobel de Economia⁵³ e Adam Smith

Ao longo dos anos, a Fundação Nobel idealizada a partir do testamento redigido em 1895 por Alfred Nobel, agracia os indivíduos e instituições mais notáveis em suas contribuições com pesquisas e descobertas para humanidade nas mais diversas áreas da ciência com os Prêmios Nobel. Em 1969, foi incluída uma sexta categoria dos prêmios atribuídos pela Fundação Nobel, o Prêmio Nobel de Economia⁵⁴. A economia aqui é desenvolvida e vista de uma forma científica, isto é, a economia como uma ciência que trabalha sobre a análise das formas como as pessoas se organizam entre si, seja através de instituições ou de regras destinadas a atender os seus mais variados desejos, impulsos naturais ou necessidades. Se ao acaso existir leis básicas na economia, nessa mais que nas outras ciências, tais leis “têm de decorrer do comportamento humano, porque as pessoas são os elementos essenciais de todas as empresas, mercados e governos” (Karier, 2014, pp. 21-22, grifo nosso).

Vale lembrar também que quase todos os vencedores do Nobel de Economia tem forte formação de base matemática, física, engenharia ou ciências relacionadas. Suas teorias – em grande maioria –, são dispostas em e apresentadas como fórmulas que “imitam as da física e de outras ciências”. Assim, as teorias por muitas vezes têm um maior rigor matemático “com efeito, alguns laureados, como John Nash (...) e Robert Aumann eram doutorados em matemática e praticamente não tinham qualquer educação formal em economia” (Karier, 2014, p. 22).

De qualquer forma, os laureados em si pegaram suas ideias e teorias e traduziram em fórmulas matemáticas, para embasar e fundamentar o conceito original por eles defendido. Não muito diferente podemos dizer que esses economistas “encontraram um elevado grau de satisfação ao converterem ideias familiares em matemática e um sentido

53 Vamos chamá-lo assim pois deste modo é habitualmente conhecido, visto que “trata-se de um prêmio criado pela organização do Nobel na Suécia, o que faz dele um prêmio Nobel da Economia”. Mesmo que no próprio *website* da Fundação Nobel é descrito como “Prêmio Sveriges Riksbank das Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel” (Karier, 2014, pp. 20-21).

54 Em 1895, os Prêmios Nobel que se restringiam a uma série de cinco categorias específicas, sejam elas: física, química, fisiologia, medicina e literatura. Em 1968, o Banco da Suécia (Sveriges Riksbank) convenceu a Fundação Nobel “de que era necessário mais um prêmio Nobel, o da Economia”. E mais importante ainda, o próprio banco ofereceu-se para custear anualmente o prêmio. Nasce então em 1969, a sexta categoria dos prêmios atribuídos pela Fundação Nobel, destinado a agraciar os economistas que nos anos anteriores de algum modo tenham realizados um trabalho significativo à sociedade (Karier, 2014, p. 16).

ainda maior de realização ao proverem matematicamente aquilo que qualquer outra pessoa poderia reconhecer como sendo do senso comum” (Karier, 2014, p. 22).

Em muitos desses pontos iremos enxergar alguns dos elementos principais descritos por Adam Smith, tanto em 1759 com sua obra “*Teoria dos Sentimentos Morais*”, como em 1776, em sua obra “*A Riqueza das Nações*”. Vamos focar sobre esses aspetos comuns e que têm alguma relação com as ideias de Smith, sejam elas positivas e de reforço de sua visão, sejam elas contrárias e na contramão dos pensamentos do economista. Decerto que não poderemos nos referir a todos os economistas, nem mesmo todos aqueles que ganharam o Prémio Nobel de Economia, visto que são muitos. Mas raros são os que analisam a sociedade, mercados, empresas e governos e não passam pelas ideias de Smith e de uma sociedade de economia predominantemente capitalista hoje já estabelecida. Ademais, buscaremos ser sucintos e explicar as ideias e “descobertas” numa visão em conjunto.

Percorrendo os pilares fundamentais do pensamento Smithiano, quais sejam; a) O utilitarismo da conduta moral do homem em suas relações sociais e de comércio, o que conhecidamente é chamado de “interesse próprio”, b) A defesa do Livre-Mercado, ganhando ênfase num movimento de Liberalismo Económico, amparando as ideias de um Estado-Mínimo, enxuto e com poucas intervenções, e por fim a c) Proteção ou asseguramento da Propriedade Privada, que em conjunto com as ideias de um Livre-Mercado dão maior amparo e asseguram a liberdade contratual das pessoas físicas (simples). O que sem dúvidas individualmente e em conjunto todos tornam possíveis toda Economia de Mercado moderna, isto é, pilares centrais para geração e produção de riqueza numa nação.

Então, deixando bem claro como supracitado, todas as vezes que a seguir falarmos das ideias que circundam a defesa do Livre-Mercado, proteção da Propriedade privada e do Interesse Próprio como guia da conduta/ação do homem na sociedade, estamos a falar das ideias de Adam Smith. Esses economistas ganharam seus prémios em menor ou maior escala trabalhando sobre os pontos e as ideias principais de Adam Smith, sejam reafirmando as mesmas matematicamente em seus modelos económicos, seja criticando-as por não funcionarem tão bem, e argumentando a favor de sua moderação.

4.4.1. Jan Tinbergen - Nobel em 1969

O Comité do Nobel, em 1969, anunciou que Jan Tinbergen iria receber o prémio de Nobel de Economia. Em particular pelo seu contributo para “o desenvolvimento da econometria⁵⁵ e a arte de construção de modelos de larga escala”, motivo esse expressamente citado pelo Comité. Tinbergen, apesar de ter um doutoramento em física e não em economia, interessava-se muito pela área, principalmente “depois de testemunhar as injustiças económicas durante a Grande Depressão”, como o mesmo alegava (Karier, 2014, pp. 366-368 & Fry, 2005, p. xiv).

Basicamente Tinbergen investigou e observou profundamente o uso “intensivo de dados e de estatísticas para mensurar relações económicas, nomeadamente equações macroeconómicas relacionadas com o emprego nacional, níveis salariais e comércio”. E, ao contrário de alguns economistas, acreditava sim em mercados livres, mas não de forma absoluta, considerava por muitas vezes a necessidade de várias ações governamentais na parte económica de uma nação. E “frequentemente, os resultados dos seus modelos de planeamento levavam-no a apoiar a regulação das taxas de câmbio, o aumento da despesa pública ou algum outro tipo de ações” por parte do Estado (Karier, 2014, pp. 366-367 & Pressman, 2013, pp.190-196).

Sem dúvida Jan Tinbergen era um crítico de si mesmo, de suas próprias teorias e de seus colegas, visto que tinha o pensamento que “a quantificação da economia era mais do que uma profissão; era uma cruzada”. E defendia a ideia que toda teoria fosse fundamentada na matemática, ou seria mera “teoria literária”, isto é, defendia que uma teoria para ser “completa” deveria ser fundamentada em modelos quantitativos e matemáticos (Karier, 2014, p. 367).

Os modelos macroeconómicos empíricos desenvolvidos por Jan Tinbergen permitiram aos economistas preverem como a economia em geral provavelmente se sairia no futuro próximo. Também permitiram uma estimativa quantitativa mais precisa do mapeamento das políticas económicas para a economia como um todo. Em um tipo de “engenharia reversa” de seus modelos, também permitiam que os formuladores de políticas calculassem o quanto cortar dos impostos ou taxas de juros para reduzir o desemprego em algum nível desejado (Pressman, 2013, pp. xx).

55 Em economia, a econometria significa o estudo quantitativo e estatístico dos fenómenos económicos, com o propósito de compreender a relação entre as mais diversas variáveis económicas.

Não só isso, o físico percebeu que a econometria não era um substituto para compreender todos “as relações subjacentes à atividade económica”. Um exemplo bom é quando o mesmo estava a estudar e testar diferentes variáveis para explicar o preço da carne de vaca, e encontrou uma curiosa relação e que fez mudar sua visão, dando-lhe um melhor entendimento do mercado (Karier, 2014, p. 368):

Descobriu que quando os preços da ração para o gado estão altos, o preço da carne de vaca é baixo. Isto não fazia sentido, porque os elevados preços da ração deveriam tornar o gado e a carne mais cara, não mais barata. Quando analisou este quebra-cabeças, Tinbergen descobriu algo que não esperava. Os altos preços da ração exercem uma pressão económica sobre os agricultores mais pobres, que muitas vezes não têm outra escolha senão abater gado adicional para poderem pagar esses custos mais elevados. Isto coloca mais carne no mercado, o que tende a reduzir os preços.

Poderíamos dar mais exemplos aqui de seus modelos, e assim demonstrar como “as expectativas razoáveis podem conduzir à volatilidade do mercado” como um todo (Karier, 2014, p. 367).

Assim como do demais premiados do Nobel que citaremos a seguir, Jan Tinbergen leva em conta em seus modelos económicos conceitos que em alguns momentos reafirmam e em outros momentos entram em conflito com alguns dos principais pilares do pensamento da Teoria Económica de Adam Smith. Mas especificamente no sentido de como os mercados livres idealizados por Smith por muitas vezes não resultavam no sucesso esperado e que batem um pouco de frente com o pensamento de Smith. E por outro lado, o que vai de encontro, quando Tinbergen percebe e constata que os modelos económicos devem levar em conta a constante mudança das condutas e as ações do homem em sociedade.

Em outras palavras, o mais importante para o nosso trabalho é revelar que na opinião e também pelo estudo do premiado Jan Tinbergen, uma teoria económica para ser mais “completa” ela tem que levar em consideração modelos quantitativos e matemáticos, bem como esses modelos possam levar em conta a ação, comportamento, valores humanos dos agentes económicos envolvidos, que num fluxo de microcosmo, podem movimentar o macrocosmo da economia. E que nem sempre as ideias de Livre-Mercado dão o melhor resultado.

4.4.2. Milton Friedman - Nobel em 1976

Em 1976, o Comité do Nobel laureou o economista Milton Friedman, um dos mais famosos e também mais controversos agraciados com o prémio Nobel de Economia. Que sobretudo divulgava o ensinamento que “os mercados podem ser poderosas ferramentas de criação de prosperidade e eficiência económica” (Karier, 2014, p. 41).

Seus contributos de maior importância, sem dúvida foram para as teorias macroeconómicas, bem como seus trabalhos de política monetária, onde nesse último, alertava para “os perigos da expansão monetária ilimitada [que] foram sustentadas por exemplos históricos concretos”. Muito dos estudos económicos que se propunha a estudar, identificava com êxito o problema e antecipava uma solução para o mesmo. Ocorre que também muitas de outras teorias de Friedman não tiveram o mesmo sucesso e a mesma resolução quando eram submetidas tentativa no mundo real (Karier, 2014, pp. 42-43 & Pressman, 2013, pp. 217-224).

Em resumo, Friedman era inflexível no seu pensamento e na sua campanha em prol dos mercados livres (ou pelo menos o que ele entendia de mercados livres), condenava “*qualquer* esforço do governo para evitar crises cambiais de ocorrência natural”. Sua filosofia libertária e paixão pelos mercados livres de forma irrestrita, talvez tenha entrado em conflito com o princípio da objetividade científica e maculado um pouco sua visão e sua investigação económica, visto que mais tarde “aquilo que mostrava ser inevitável no modelo monetarista [de Friedman] acabou por não ocorrer, de forma alguma, no mundo real”. E assim, contrariamente à previsão do economista, “as taxas de desemprego continuaram a descer, o crescimento económico foi forte e a inflação manteve-se baixa e estável (...)”. E o modelo monetário que valeu a Friedman o Nobel de Economia anos antes, não se verificou de facto (Karier, 2014, pp. 43;49;44).

O que podemos aprender aqui e que se correlaciona com as ideias de Smith, é que mesmo que os estudos e trabalhos de Friedman tenham esclarecido de forma convincente, muitos dos acontecimentos históricos antes deles mesmo ocorrem, e seus trabalhos e pesquisas sobre economia positiva⁵⁶ terem sido citadas e elogiadas “pelo Comité do Nobel como um dos seus maiores contributos para a economia”. As ideias de mercados livres e

56 A Economia Positiva nada mais é do que quando os economistas, a partir dos factos observáveis (causa e efeito), conseguem descrever e explicar os fenómenos económicos, podendo até prever certos acontecimentos, muito utilizado em teorias económicas.

desregulados nem sempre prestarão um bom serviço à sociedade, cabendo até certa medida ações sociais para proteção da saúde pública, emprego e bem-estar de uma nação (Karier, 2014, pp. 50-52).

Outros trabalhos e artigos demonstram que os escritos de Adam Smith e Milton Friedman mantêm certas semelhanças de ponto de vista. Principalmente a respeito da interpretação e uso do conceito de interesse próprio (*self-interest*). Argumentam que nem Smith nem Friedman consideram o interesse próprio como sinónimo de egoísmo e, portanto, desprovido de considerações e valores éticos. Em vez disso, para ambos os escritores, o interesse próprio incorpora um aspeto que diz respeito ao outro, o que exige que os indivíduos moderem suas ações quando os outros indivíduos sejam adversamente afetados. Neste sentido, a principal virtude para Smith ao governar as ações individuais é a justiça; para Friedman, é não-coerção (James & Rassekh, 2000, pp. 659-674)

4.4.3. James M. Buchanan - Nobel em 1986

Em 1986 foi anunciado pelo Comité do Nobel, James M. Buchanan como o premiado com o Nobel de Economia daquele mesmo ano. Assim como o Friedman (ponto 4.3.2.), Buchanan defendia que seus estudos e trabalho representavam uma ciência objetiva, propondo situações, aplicando seus modelos de base do mercado e a partir daí analisando-as profundamente e retirando conclusões, mas sempre com seu favoritismo “aos mercados livres e ao seu desdém pelo governo”, isto é, o seu desprezo pelo forte intervencionismo na economia por parte do Estado (Karier, 2014, p. 53 & Pressman, 2013, pp. 237-242, grifo nosso).

Buchanan foi laureado com o Nobel de Economia, por toda obra entorno da sua teoria da escolha pública, “a escolha de Buchanan foi aplicar os princípios microeconómicos ao comportamento dos indivíduos em cargos ao serviço do governo” de forma a entender o que aconteceria se os indivíduos em seus cargos, e ao serviço do governo (dirigentes eleitos e burocratas), agissem em seu próprio interesse. Sendo essas contribuições uma das principais razões pelas quais foi agraciado pelo Comité do Nobel (Karier, 2014, pp. 53-55).

A principal descoberta foi que, sim, os funcionários públicos enquanto gerem e definem as políticas públicas e/ou gastos governamentais o fazem no sentido do próprio interesse, ignorando os anseios e desejos da população. Decerto que esse resultado pode não ser de grande surpresa para maioria, mas o resultado foi que o Comitê do Nobel achou de grande relevância seus estudos nesse âmbito, considerando uma “importante conquista científica”, saindo de uma percepção coloquial e informal para um estudo mais objetivo e acadêmico. Em outras palavras Buchanan e os defensores da teoria da escolha política tinham feito é “desenvolver este conceito simples e criar uma teoria política e económica abrangente” (Karier, 2014, pp. 53-55).

Aqui, podemos visualizar dois pontos principais e que se comunicam com a teoria económica de Adam Smith, quais sejam: o “interesse próprio”, as ideias de “menor intervenção estatal”, isto é, de um mercado mais livre. E, ao nosso ver podemos chegar a duas perspectivas diferentes. A primeira, que nesta situação se o interesse próprio na teoria da escolha pública, demonstra que os indivíduos em cargos ao serviço do governos (e que deveriam agir de acordo com o interesse público) se comportam em função do próprio interesse (como previsto por Smith), o que é por si só gera um grande mal, imagine num sistema de governo mais unitário, com poderes centralizados, sem um sistema de freios e contrapesos. Como dizem “Se o poder corrompe, o poder absoluto corrompe absolutamente”.

Já num sistema de maior liberdade e autonomia dos indivíduos, essa natureza comportamental do ser humano, de seguir o “interesse próprio”, pode resultar de forma particularmente diferente, principalmente nas relações sociais privadas e comerciais, podendo funcionar a favor da sociedade.

Por outro lado, a segunda hipótese e defendida por Buchanan, é que estas ideias e estudo podem ser usadas para contestar as medidas do governo, mesmo que essas ações se destinem a corrigir claras falhas no mercado. De acordo com ele “poderá ser melhor viver com um mercado que apresenta imperfeições do que estar à espera de que o governo, com os seus burocratas que trabalham em favor do seu próprio interesse, resolva o problema”. Não bastando, assim, que o Estado em seu governo tenha um papel legítimo (eleição, sistema democrático), deveria também “haver um mecanismo que obrigue o governo a servir o interesse público” (Karier, 2014, p. 54, grifo nosso).

Como todo laureado, James M. Buchanan também foi julgado por receber o prémio, tanto de forma positiva como negativa por seus colegas. Alguns defendiam que sua teoria merecia respeito e o devido crédito, e tal facto se provava mediante todos seus estudos em publicações académicas de renome, tanto na área económicas como na das ciências políticas. Já outros como Robert Lekachman, num artigo publicado no *The New York Times*, conclui que ganhar o Prémio Nobel de Economia deveria ser ridiculamente fácil, visto que o trabalho de Buchanan “era penosamente evidente” e chegar a conclusão que a “economia é permeável aos valores políticos” tornava o seu trabalho tão “mais ciência do que a história ou a ciência política”. E menciona mais, o curioso fascínio do Comité do Nobel de premiar essencialmente “a teóricos que se limitavam a redescobrir Adam Smith de vez em quando” (Karier, 2014, p. 59, grifo nosso).

Todos esses trabalhos passam de uma forma ou de outra, pelas ideias estruturadas por Adam Smith, de alguma maneira toda literatura secundária, isto é, que provém da principal obra de Adam Smith é tão vasta que se o próprio Smith fosse se ocupar em lê-la e estudá-la passaria toda uma vida. O importante é notar que as maiores mentes e economistas que vieram posteriormente a Smith, de uma forma ou de outra vem a reafirmar e atualizar as ideias e os pilares principais de sua teoria, e isso acontece sem dúvida também nos trabalhos do economista James M. Buchanan (Pressman, 2013, pp. 237-242 & Buchnan, 2008, pp. 21-28).

4.4.4. Paul R. Krugman - Nobel em 2008

Em 2008, em plena crise económica pelo mercado imobiliário, o Comité do Nobel fez a indicação que premiou o Professor Paul R. Krugman. Apesar do professor ter iniciado seu percurso académico em Yale e “com forte interesse em História”, no primeiro ano logo mudaria seu interesse para a área de economia, justamente “quando se tornou assistente de investigação do economista William Nordhaus”. Mais tarde obteve seu doutoramento pelo MIT, com especialização em comércio e ao longo de suas contribuições e investigações académicas, sempre estava incutido a sua defesa de seus valores liberais. Como o mesmo escreveu, era um “defensor descomplexado do Estado-Providência”⁵⁷. Na época do prémio,

57 O Estado-Providência no mesmo sentido de Estado Assistencial, Estado Social, veio substituir o conceito de Estado Liberal.

com a falência de grandes bancos de *Wall Street*, a desconfiança com os mercados livres estava a aumentar e incomodar. E assim muitos estavam com dúvidas sobre a sua nomeação pelo Comité para Nobel de Economia. Estaria o mesmo a “escolher outro fanático dos mercados livres?” (Karier, 2014, pp. 351-354, grifo nosso).

O que podemos citar brevemente sobre Krugman e que é de mais valia, é justamente por visão dos modelos baseados nos mercados livres (Karier, 2014, pp. 351-353). Como a maioria académicos e/ou economistas, o prémio foi fruto de toda sua contribuição e investigação ao longo da sua carreira académica. Poderíamos dizer que o desenvolvimento de suas ideias fundamentalmente davam resposta simples e bastante óbvias a questões por vezes também muito singelas, tais como: Por que as grandes empresas se localizavam perto das grandes cidades e centros comerciais?

Numa resposta simples a questão é que:

(...) o facto de estarem localizados perto dos fornecedores e dos clientes ajuda os fabricantes a reduzirem os custos com os transportes, bem como os custos associados à comunicação, publicidade e contratação (...) maior escolha de fornecedores pode reduzir os custos e facto de haver acesso a um mercado maior pode ser mais lucrativo. (Karier, 2014, p. 353).

O próprio Comité do Nobel reconheceu que a ideia essencial é basicamente óbvia e que outros economistas já tinham enunciados modelos matemáticos semelhantes, e como referido por Krugman “muito deles foram ignorados”. O que ocorre aqui é que Krugman traduziu “estas ideias intuitivamente convincentes para matemática antes de os profissionais da economia aceitarem” (Karier, 2014, p. 353, grifo nosso).

Em resumo, Krugman percebeu que os modelos não são perfeitos e dificilmente serão. Que há uma concorrência imperfeita nos mercados internacionais. O interessante aqui a apontar é que o mesmo, como um defensor dos mercados livres, não estava preocupado como os demais críticos dos mercados livres a encontrar um modelo estruturados numa concorrência perfeita.

Particularmente nós, assim como o autor, não acreditamos num modelo perfeito. Um modelo perfeito não existe, este teria que levar em consideração todas as variáveis do mercado (passadas e futuras). O que podemos fazer é tentar buscar modelos mais acertados possíveis a cada período, contexto e situação. “Havia (...) dificuldades em encontrar

críticos compreensivos que estivessem dispostos a considerar modelos baseados em algo que não a concorrência perfeita”, dentro de ideias de um mercado livre (Karier, 2014, pp. 351-353, grifo nosso). E Krugman deu um passo importante nesse sentido.

Muito do trabalho de Paul R. Krugman veio a desenvolver com profundidade e riqueza em detalhes, transita pelas ideias de Adam Smith de forma não só alusiva, mas categórica. Muito beneficiado por deter mais aspetos históricos datados e registos em seu tempo, bem como possuir maior facilidade na coleta de dados. Sua teoria do comércio desenvolve e constata a defesa dos benefícios de um livre mercado, baixa regulamentação, cortes de taxas (incentivos fiscais). Todas essas passam pelas teorias referidas “Na Riqueza das Nações” de Adam Smith, suas ideias de *Laissez-faire*, e do pensamento dos benefícios económicos de um modelo de comércio aberto para outras nações, diferentemente de uma economia fechada em si (Ahmed, 2012, pp. 1557-1564).

Algo que efetivamente prova-se ao observamos a experiência extraordinária de crescimento da China desde 1978, e quais foram os elementos e modelos comerciais adotados. Dos quais os principais são “processo de liberalização do sistema de formação de preços, que tem início no setor rural, em 1979. Esses preços, que até então, à semelhança dos demais, eram fixados pelo Governo Central”, “(...) a liberalização do comércio exterior, uma das primeiras e mais importantes medidas tomadas após 1978. Até então, o comércio exterior era inteiramente planejado pela autoridade central. Além disso, as exportações eram realizadas integralmente por empresas públicas”, bem como diversos incentivos financeiros e legais para maior facilidade no desenvolvimento e geração de riqueza (Nonnenberg, 2010).

Sem dúvida observamos também grande transformação económica e social na Rússia pós-soviética na era Yeltsin (1991-1999) e na era Putin (1999 até os dias atuais), tendo sido o primeiro o grande responsável por coordenar a passagem inicial da Rússia do socialismo para o capitalismo, abrindo as portas para um modelo de política económica mais aberta (Segrillo, 2008).

4.4.5. Joseph E. Stiglitz - Nobel em 2001

Assim como os demais laureados, Joseph E. Stiglitz trouxe um contributo significativo que foi devidamente reconhecido pelo Comité do Nobel. Em seus estudos promoveu conceitos que foram de muito valor para entendimento das dinâmicas do mercado, tais como *seleção adversa*, *risco moral* e *sinalização*. Todos esses estudos visavam identificar que a informação detida pelo mercado era até certa medida inadequada, através de suas análises buscou explicar o que realmente acontecia por detrás dos impulsos, motivações e comportamentos dos agentes económicos nas dinâmicas desses mercados observados (Karier, 2014, pp. 171-). Apesar de todos serem de suma importância, não é nosso objetivo alargar-nos demasiadamente em suas peculiaridades, pois esses modelos podem ser aplicados em inúmeras situações, mas vamos nos ater a pelo menos um exemplo para cada modelo.

Um bom exemplo de *Seleção Adversa* pode ser encontrado na indústria da concessão de crédito:

Os bancos e as empresas de concessão de empréstimos hipotecários operam no ramo da atribuição de crédito e gostam de ter alguma garantia de que receberão o dinheiro de volta. Verificar o historial creditício é um bom começo, mas nunca garantirá o reembolso. Sabendo que alguns empréstimos não serão pagos, as instituições têm de aumentar as taxas de juro cobradas a todos os clientes para cobrirem estas perdas (...). (Karier, 2014, p.171).

Como observado na citação, quem geralmente fica a perder são os tomadores de crédito que ficam a pagar taxas mais altas para cobrir o potencial incumprimento dos devedores insolventes. O fenómeno chamado por Stiglitz de *Seleção Adversa*, ocorre justamente quando os tomadores de empréstimos de baixo risco começam a “simplesmente saírem do mercado e só restar um conjunto de indivíduos de elevado risco”, o que faz o mercado não funcionar muito bem. Os bancos resolvem este problema requerendo dos tomadores de empréstimos que “avancem parte do seu próprio dinheiro sob a forma de entrada mínima”, e que não resolve a situação, mas tende a melhorar a probabilidade. Esse fenómeno ocorre em outros ramos, como o ramo de seguro (Karier, 2014, pp. 171-172).

O economista também estudou outra falha do mercado, o que chamou de *Risco Moral*, e que se aplica à maioria das formas de seguro. “Quando as pessoas têm seguro

contra o roubo de veículos, pode acontecer de sentirem-se menos preocupadas por os deixarem abertos ou na rua durante a noite”. E tal situação ocorre com mesma tendência nos seguros contra incêndios, e até mesmo quando o FMI (Fundo Monetário Internacional) oferece garantias contra uma Crise Cambial a uma nação, o que pode irônica e involuntariamente reduzir o incentivo desse governo para manter sua própria moeda estável. Outro exemplo preocupante quanto ao *Risco Moral* é o recente resgate feito aos bancos de *Wall Street*, “(...) se os bancos esperam ser resgatados de cada vez que estejam prestes a falir, então têm poucos incentivos para se preocuparem com uma falência”. Como é observável, o *Risco Moral* enfraquece a vontade desses pequenos e grandes agentes económicos de “vigiar os próprios investimentos e limitar o nível de risco” (Karier, 2014, p. 172-173).

Para além da *Seleção Adversa* e do *Risco Moral*, o autor desenvolveu outro conceito novo, o que chamou de *Sinalização*. “Num mundo com informação limitada, não é apenas importante ter a informação correta, mas também ser capaz de convencer os outros da sua veracidade”. A depender da posição do agente e sua importância no setor, este pode com uma simples ação enviar um sinal para o mercado, seja ele verdadeiro ou não, e que pode mudar a direção desse mesmo mercado. Ou até mesmo um acontecimento circunstancial pode fazer o mercado entender de forma equivocada. E também o exemplo aqui pode se dar de várias formas, mas em suma o sentido que queremos mostrar é como “as ações enviam sinais e transmitem informações”, principalmente a depender do agente dessa ação ou de um acontecimento em peculiar. Ao nosso ver, por vezes esses sinais sendo positivos ou negativos, é importante que sejam confrontados, elucidados e bem direcionados, mas por vezes esses sinais são produtos comportamentais oriundos do interesse próprio do agente.

Um exemplo é o que acontece no “mundo empresarial, praticamente qualquer ação pode enviar um sinal, por vezes inadvertidamente. Os CEOs, em particular, não querem enviar sinais negativos sobre as suas empresas”, pois, como sabemos muitos dos CEOs acumulam muitas ações da empresa através de “incentivos e de opções sobre [essas] ações”. Ao vender ou tentar diversificar sua carteira de investimentos, podem transmitir uma informação errada a outros possíveis investidores. Como explica Karier “a sinalização é crucial para histórias como estas, que tentam explicar por que é que os CEOs mantêm voluntariamente tantas ações da empresa e de que forma é que isso pode mudar o seu comportamento” (Karier, 2014, pp. 174-175, modificado).

Assim, se qualquer CEO bilionário ou multimilionário do *Silicon Valley* começar a tentar, pelo menor que seja, diversificar seus investimentos e vender parte das ações de sua empresa, ele vai enviar um sinal para o mercado e o mesmo vai entender um informação que por muitas vezes não condiz com a realidade de facto, mas que traz insegurança quanto a estabilidade e prospeção de lucros futuros com esta empresa.

Diante de todo o exposto, temos a percepção que o mercado se move não apenas pela realidade de facto de mercado, mas também, e por vezes predominantemente, pela extração da realidade que as pessoas percebem deste mercado.

Esses foram os conceitos propostos e estudados por Stiglitz e que lhe valeram o Nobel de Economia em 2001. A pergunta que Karier nos faz é (2014, pp. 180-181): “Até que ponto são novos os conceitos de *Seleção Adversa*, *Risco Moral* e *Sinalização*? Há cerca de 230 anos, Adam Smith⁵⁸ escreveu que os melhores tomadores de empréstimos saem do mercado quando os bancos cobram taxas de juro mais elevadas”, o que por sua vez é uma descrição “quase perfeita de *Seleção Adversa*” proposta por Stiglitz. E os demais conceitos não são tão diferentes, na verdade o que observamos em nossa análise é que “Stiglitz e outros comportamentalistas⁵⁹ fizeram foi traduzir esses conceitos para a linguagem matemática da microeconomia e dar-lhes um nome” (grifo nosso).

Sem dúvida o processo de desenvolvimento dessas ideias vem até certo ponto⁶⁰, debilitar e outros fortalecer as ideias de Smith de mercados quase totalmente livres, como explana Karier (2014, p. 181) “enfraqueceram também a tradicional defesa dos mercados livres: [que] estes nem sempre eram perfeitos, nem mesmo na teoria”.

58 Pensamento também trabalhado na sua Obra “A Riqueza das nações” (Smith, 2017, pos. 1813;1819 e ss).

59 Como vemos os estudos do economista e professor universitário Stiglitz seguem muitas vezes uma linha da economia comportamental. Ao nosso entender Adam Smith em suas teorias tem um “quê” de teoria comportamental. Economia Comportamental nada mais é que a ideia de usar pressupostos mais realistas sobre o comportamento humano, hoje muito conhecida. Assim, um economista comportamental se fundamenta mais na cuidadosa observação empírica e menos em pressupostos questionáveis a respeito de como as pessoas racionais ou idealmente deveriam comportar-se (Karier, 2014, pp. 169-170).

60 Observamos neste ponto que as ações dos agentes têm uma certa reflexividade no mercado, e tal fenómeno por vezes pode seguir caminhos negativos, em relação a realidade de facto do mercado. Assim, o que defendemos nesses casos são uma intervenção apropriada, uma exceção a regra de um mercado totalmente livre.

4.5. Teoria da Reflexividade

Nesse mesmo sentido trabalhado pelo Joseph E. Stiglitz, gostaríamos de aqui falar um pouco da “*Teoria da Reflexividade*”, pois para nós esta demonstra um pouco de como o “mercado” é mais complexo e multiforme do que imaginamos e como por vezes este nos parece imprevisível. Muitas vezes quando falamos numa visão macroeconómica, isto é, de uma quantidade enorme de dinheiro e riqueza, estamos falando principalmente de especulação. Um bom exemplo disso é a história do famoso investidor George Soros que nos EUA, enquanto atuava no mercado financeiro, em especial como Analista de Investimento para “Papéis/Ações/Títulos Europeus”, começou a vislumbrar na prática a dinâmica dos mercados à luz ensinamentos do seu Professor de Filosofia na época de faculdade, o também famoso e filósofo Karl Popper, que teve grande influência no pensamento económico de seu tempo, passando de membro ativo do Partido Comunista da Áustria para refutador árduo do Marxismo e da defesa do Liberalismo Clássico com algumas peculiaridades próprias.

George Soros, a partir dos ensinamentos de seu ex-professor Karl Popper passou a montar sua própria visão sobre como funcionava os movimentos do mercado financeiro em determinadas situações. Intitulado pelo mesmo de “*Teoria da Reflexividade*”, onde para o Investidor o valor vigente das “coisas” no mercado é determinado pelo julgamento dos envolvidos, que muitas vezes é falho, e assim não sendo determinado pelo fundamentos/princípios da economia como se esperava, de tal forma que por várias vezes são as ideias dos indivíduos e os eventos em geral que dão fluxo e preponderam o mercado, numa espécie de reflexo de seus participantes (Kwong, 2009).

Por tal facto, o mercado tem ciclos virtuais⁶¹ e ciclos viciosos⁶² de alta e de queda. Deste modo, para George Soros não existiria um equilíbrio real dentro das relações financeiras no mundo como patrocinam os economistas adeptos das Teorias Clássicas. Com base nessa sua Teoria e na sua aplicação, “vendeu a descoberto” dez mil milhões de dólares em libras esterlinas, lucrando um mil milhão de dólares. Ficando conhecido como

61 Ciclos Virtuais no sentido de “irreais” por não condizerem com a realidade de facto. Mas mesmo assim acontecem, pois, as pessoas reagem a percepção que tem do mercado e não pela realidade de facto do mercado.

62 A exemplo do pendular oscilatório dos mercados de ações e da própria economia. Em um Ciclo Económico é comum observarmos uma alternância de períodos de crescimento da economia para depois notarmos períodos de recessão/contração da mesma, para depois começar uma nova fase de expansão/recuperação.

“o homem que quebrou o Banco da Inglaterra”, estratégia essa que ele repetiu posteriormente em vários países com uma margem esmagadora de sucesso (Kwong, 2009).

4.6. Paul Collier - O Futuro do Capitalismo

Sir Paul Collier é um economista e professor altamente respeitado e conceituado de Oxford, onde passou boa parte de seu percurso profissional tentando entender e propor soluções para aliviar a pobreza global. No novo livro “*O Futuro do Capitalismo*” (Collier, 2019), o autor escreve de uma forma ambiciosa e instigante sobre a polarização que estamos vendo atualmente na Europa, nos EUA e em diversos outros lugares do mundo. Explanando e trabalhando essas temáticas numa perspectiva atual e bem estruturada, sendo um académico altamente competente e renomado, e com grande experiência profissional na área, levando em conta vários fenómenos importantes e cruciais que circundam o desenvolvimento económico e social no sistema económico capitalista⁶³.

De uma forma simples e argumentativa, em suas duas obras mais conhecidas, Collier, nos traz um questionamento interessante e ponto central para percebemos facilmente sua visão sobre o futuro do capitalismo. Primeiro, em sua obra “*The Bottom Billion*”, questiona sobre os mil milhões de pessoas que estão presas em países pobres e de economias estagnadas por mais de quarenta anos, e com pouca ou nenhuma perspectiva de um futuro melhor (Collier, 2008).

Na sua obra mais recente (Collier, 2019, pos. 289 e ss.), e que usamos com base para esse subcapítulo, o questionamento central não vai muito longe da pergunta feita no parágrafo anterior. Pois de facto, ele concorda que o desenvolvimento humano gerado pelo capitalismo ao longo das décadas gerou riqueza e as condições do comércio melhoraram e com isso hoje em dia ganha-se mais dinheiro, isto é, houve desenvolvimento económico na sociedade por meio desse “sistema capitalista”.

63 Paul Collier é professor de economia e políticas públicas na *Blavatnik School of Government*, além de ser Diretor do *Internacional Growth Centre*. Atualmente, ele é professor convidado na *Paris Institute of Political Studies*, e professor do *St. Antony's College, Oxford*. Foi fundador do *Centre for the Study of African Economies*, no qual permaneceu diretor entre 1989 e 2014, bem como foi também diretor do Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Mundial, de 1998 a 2003. A obra do autor discutida aqui foi a última lançada, sendo a primeira edição de Abril de 2018.

Mas em vez desse desenvolvimento de gerar e melhorar a condições de vida e diminuir as diferenças sociais, lhe parece – numa perspectiva mais alargada –, ter gerado um distanciamento social entre as pessoas.

Então, no seguimento do pensamento de Collier, a pergunta é: Como podemos melhorar as condições de vida desses mil milhões presos em países pobres e de economia estagnada? Como podemos fazer essa geração de riqueza, prosperidade e desenvolvimento económico tornar-se uma sociedade inclusiva e próxima, ao invés de se polarizar e se distanciar socialmente? (Collier, 2008).

Segundo o autor uma resposta simples e que atende a essas duas questões – de o que ou quem é o culpado –, e que também pode ser a solução a essas questões é o nível de Governança Económica “*Economic Governance*” que cada nação tem, ou melhor, a boa e ou má Governança que os mesmos podem vir a ter. Isso porque a questão crítica nos dois casos é justamente esse nível inicial de boa ou má “*Governance*” que cada nação institui em suas políticas económicas e sociais, isso tudo, a partir do momento que começam a acumular recursos e riquezas. E que de acordo com essa gerência, pode resultar em maior desigualdade e instabilidade económica, política e social.

Collier tem uma perspectiva peculiar sobre o assunto, cresceu na área industrial de Sheffield na Inglaterra, uma zona simples, mas começou os estudos universitários logo cedo e foi morar em Oxford e depois trabalhar em países muito pobres da África. Como o mesmo menciona “vivi o divisor global entre a exuberante prosperidade dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, países onde vivi no conforto, e a pobreza desesperadora da África, onde trabalho”, esses dois elos fez com que se deparasse com um contraste vívido das diferenças e desigualdades sociais. Estes fatores, juntamente com sua área estudo e trabalho, fez que Collier adquirisse grande interesse sobre tais questões (Collier, 2019, pos. 87;101).

Noutra parte da sua obra ele explana justamente a ideia de que o capitalismo tem entregado e beneficiado algumas pessoas, mas infelizmente outras não. Em vários ciclos viciosos, um deles exemplificado pelo autor é o das grandes cidades, onde se tem as melhores oportunidades de remuneração e melhores meios de qualificação para se conquistar essas oportunidades. Porém, os mesmos ficam cada vez mais inacessíveis àqueles que não têm boas condições financeiras, e apenas um número relativamente pequeno de pessoas terminam por escapar desse ciclo. Pessoas com melhores condições

têm melhores oportunidades de estar nos melhores lugares de qualificação e, com melhores qualificações, também têm maiores oportunidades de arrumar empregos com boa remuneração. Como mencionado em seu livro “Sem intervenções melhores, isso se perpetuará ao longo de gerações com apenas um número relativamente pequeno de pessoas escapando a esse ciclo” (Collier, 2019, pos. 3115).

Nesse sentido, fala-nos que, em relação ao problema em causa, muito dos nossos “políticos, jornais, revistas” e afins, trazem as mais variadas propostas que parecem inicialmente inteligentes e muito corretas em suas intenções, mas “não dão uma resposta coesa e geral ao que atingiu [e aflige] nossas sociedades. Raramente convertem em estratégias viáveis, com base numa eficiência comprovada” (Collier, 2019, pos. 289).

Procurou assim fugir dessa via comum de proposta e fazer melhor, buscou unir uma crítica coerente ao que deu errado e formas práticas de sanar o que dividiu a sociedade. Uma perspectiva de uma social-democracia que precisa de um reinício intelectual, e “que a tire da crise existencial” em que estamos há anos, e assim “possa voltar a ser a filosofia que perpassa o centro do espectro político, adotada tanto pela centro-esquerda quanto pela centro-direita” (Collier, 2019, pos. 293; 295 e ss).

Anthony Crosland, intelectual socialista e autor do “*The Future of Socialism*” e que teve grande influência nessa obra de Collier, após anos de estudo “afastou-se definitivamente da ideologia marxista ao reconhecer que o capitalismo, longe de ser um obstáculo, era essencial para a prosperidade em massa”. Onde o capitalismo cumpre um papel próprio “gera e disciplina as empresas, organizações que permitem que as pessoas aproveitem o potencial de produtividade da escala e da especialização” (Collier, 2019, pos. 297 e ss).

Para Marx, essa cultura capitalista gerava alienação e “traria uma inevitável dissociação entre o usufruto e o trabalho”, além de que acorrentava o homem “a um pequeno fragmento do todo”. Ironicamente a história nos mostrou na prática que “as consequências da alienação foram reveladas pelo socialismo industrial da maneira mais devastadora: a cultura que pode ser resumida como ‘eles fingem nos pagar e nós fingimos trabalhar’.” (Collier, 2019, pos. 301 e ss, grifo nosso).

Nessa perspectiva e continuando o pensamento do autor “a alienação não é o preço que a sociedade precisa para pagar para ser próspera”. Há muito boas empresas modernas que proporcionam um senso de propósito ao trabalhador, com independência e significado

pessoal, para realizarem esse propósito de forma que se satisfaçam com o que fazem e não só com o pagamento. E isso é necessário para que tudo funcione. Desse modo, resume o autor que “para funcionar para todos, o capitalismo precisa ser gerido de uma forma que traga não só produtividade, mas também um propósito. E é essa a pauta [principal]: o capitalismo precisa ser administrado, não derrotado” (Collier, 2019, pos. 305-307, grifo nosso).

Geralmente, como foi referido por Collier, é mais fácil apontar os erros do sistema Capitalista, em vez de seriamente propor soluções efetivas. Sua tentativa é levantar novas inquietações e uma análise acadêmica, bem como oferecer “um pacote coerente de remédios que curem [essas] novas inquietações” (Collier, 2019, pos. 314;325). Uma dessas inquietações é o distanciamento social, que em parte é “movido pelas mudanças nas identidades sociais”. Então, Collier começa a propor uma ideia interessante, baseada numa estrutura ética. Ele observa a necessidade nessas sociedades capitalistas na “caracterização da humanidade como *homem econômico*” (Collier, 2019, pos. 329), dotado de certa ganância e egoísmo, a necessidade de uma estrutura ética.

Nesse sentido, propõe a ideia de “obrigações recíprocas”, centradas especialmente em três esferas: no Estado, na empresa e na família. “A luta entre o egoísmo e as obrigações recíprocas – entre o individualismo e a comunidade – se dá em três esferas que dominam nossa vida: o Estado, a empresa e a família” (Collier, 2019, pos. 333).

Em suma, a ideia é que precisamos fortalecer as obrigações recíprocas que temos uns com os outros, pois isso quebrará as principais questões que nos divide e nos distancia como sociedade e criará uma atmosfera na qual podemos ser mais eficazes e práticos, com senso de comunidade, responsabilidade e contrapartida. “Proponho a possibilidade de restaurar e fortalecer a ética comunitária em cada um [dos setores, Estado, empresa e família], com políticas que reequilibrem o poder.” (Collier, 2019, pos. 335, modificado).

À medida que nos reconhecemos e assumimos novas obrigações para com os outros, podemos construir uma sociedade capaz de crescer efetivamente; para alcançarmos a verdadeira prosperidade, um senso de obrigação, responsabilidade e respeito mútuo deve ser reconstruído. Essa parte é bem trabalhada no subcapítulo de seu livro “Reconstruindo um mundo ético” (Collier, 2019, pos. 2332).

4.6.1. Críticas a Paul Collier

Por outro lado, há quem discorde de Collier no que concerne ao entendimento dele sobre o futuro do capitalismo, dos seus reais problemas e suas principais debilidades, e de como deveríamos resgatar antigos valores. Segundo seus críticos, Collier erra em seu ponto de vista ao pensar, por exemplo, que a socialdemocracia trouxe uma época dourada de 1945-75 (Collier, 2019, pos. 257), a qual teve origem num movimento cooperativo, advindo de inúmeras reformas que se sucederam após as Primeira e Segunda Grandes Guerras – todas resultando em lutas travadas pelos partidos sociais-democratas para melhorar as condições de vida e de trabalho (Milanovic, 2019).

Neste ponto em específico, a opinião contrária vem a defender justamente que a socialdemocracia não surgiu porque os líderes decidiram, de um momento para o outro, tornar o capitalismo bonito, mas sim foi fruto de enormes pressões e acontecimentos, sejam elas as Guerras Mundiais, Revolução Bolchevique, que como um todo provocaram mudanças no direcionamento da alta burguesia, que estava “sob a sombra da ameaça de desordens sociais e expropriações”. Assim, o capitalismo não se transformou por causa da bondade da direita, e sim porque a alta burguesia, que tinha sofrido com experiências passadas, decidiu seguir o caminho do próprio interesse, e ceder um pouco para poder preservar mais (Milanovic, 2019).

Também há quem critique Collier tanto positivamente como negativamente. Positivamente ao argumentar que esse seu modelo de empresas éticas pode até conter ideias valiosas e que podem funcionar, visto que dá maior independência aos trabalhadores, ao introduzir a redistribuição de lucros e proporcionar sentimento de valor e propósito a atividade laboral de cada colaborador. E negativamente, ao passo que Collier passa a ideia que uma família ética, está vinculada aos pensamentos de “um Collier conservador”, de um conservadorismo social trajado de estudos científicos que mostram como os filhos que vivem em “famílias patriarcais tradicionais”, com pais heterossexuais, em geral vão ter melhor resultado do que aqueles que foram criados em uma família que tinha somente um pai ou uma mãe, por exemplo (Milanovic, 2019).

Outra crítica interessante feita a visão de Collier sobre o Capitalismo, é no artigo de Eamonn Butler (2018) “*Blaming Capitalism for the failures of the state*”. Ao argumentar que muitas das queixas que o Collier faz ao cerne das ideias de Adam Smith são fruto da confusão de Collier sobre o que realmente é o Capitalismo, bem como muitas tem haver

com o intervencionismo estatal. Uma concepção equivocada e ingênua de resumir o Capitalismo a interesse próprio, lucro e poder em seus sentidos mais negativos. Como exemplo é que muito dos problemas e críticas descritas em seu livro sobre o corporativismo são em si obstáculos colocados pelo próprio Estado, com suas legislações societárias que restringe a liberdade e poder dos pequenos proprietários de negócios e colocou na mão dos executivos, favorecendo os grandes comerciantes e prejudicando os pequenos do qual vem a maior parte do produto nacional de cada país (Butler, 2018).

Collier fala muito do distanciamento social e disparidade espacial entre os indivíduos na sociedade e que são agravados por vários motivos, mas principalmente pela concentração de oportunidades nas grandes cidades e nas famílias de bom poder aquisitivo. Mas não menciona que é o Estado a grande força concentradora de riqueza e poder, todos às custas dos contribuintes, sendo este a grande mão burocrática que impede o crescimento dos pequenos negócios, dos empreendedores iniciantes. Enaltece a intervenção e o “maternalismo” estatal, mas pouco fala da grande ingerência e desvios dos recursos e da corrupção. Esse modelo de bem-estar estatal eclipsou totalmente as instituições de caridade e sociedades amigáveis que realmente focavam em fornecer ajuda para aqueles que precisavam, ao invés de agora ser usado pelo Estado e seu “maternalismo” por vezes duvidoso (Butler, 2018).

4.6.2. Reconstruindo Um Mundo Ético

A impressão que nos fica ao ler a obra de Collier é que essa ideia de um núcleo ético e comum é proposta como solução à crise de identidade nacional e de comunidade que passamos na sociedade atualmente, e que gera também uma crise de poder político. Ele dá como exemplo a Europa (Collier, 2019, pos. 1100):

(...) a Europa não é apenas uma extensão de terra sobre a qual se pode implantar uma comunidade política (...) a comunidade política tem mais condições de funcionar se as unidades do poder político coincidem com a identidade comum. Se não coincidem, ou a identidade precisa se ajustar ao poder ou o poder precisa se ajustar à identidade. Em todas as sociedades modernas o poder político depende de um grau muito modesto de coerção e de um grau elevado de aceitação voluntária. A aceitação voluntária nos reconduz ao senso de obrigação que converte o poder em autoridade.

Nessa acepção, esse núcleo ético seria a linha condutora, um senso de identidade comum, um valor elevado que seja ponte e agregador dos demais valores menores, sem o qual não conseguimos coesão e senso de comunidade. Como escreve o próprio autor (Collier, 2019, pos. 1112, grifo nosso):

(...) A construção da Europa como comunidade política depende da construção de uma nova e ampla identidade, mas este é um empreendimento de extrema dificuldade. É muito complicado organizar o empenho coletivo em tal escala, e o veículo para as narrativas de identidade e de obrigação – a linguagem – é, ele mesmo, altamente diversificado: a Europa não tem uma língua comum. Potencialmente, a tentativa de transferir a autoridade para uma entidade central com a qual poucos se identificam retira a autoridade ao poder, abrindo espaço para a fragmentação em identidades regionais e para a queda no individualismo: o inferno do *homem econômico*.

A construção dessa nova comunidade, mais unida por via de uma identidade mais una, é algo que nos parece difícil desde o seu princípio, devido principalmente ao empenho coletivo necessário para tal. O principal veículo para as narrativas de identidade e de obrigação, passam pelo uso da linguagem, algo que na Europa é "altamente diversificado", uma vez que na Europa não há uma língua comum, como dito pelo autor. Então aqui já há naturalmente, um nascedouro de confusão entre signos, significados e significantes próprios da linguagem, agravada pela identidade cultural e regional de cada Estado Membro, que por essas diferenciações e crise de identidade comum, não reconhecem efetivamente a autoridade de uma entidade central de forma bem definida (Collier, 2019, pos. 1112 e ss).

Assim, abre-se "espaço para a fragmentação em identidades regionais e para a queda no individualismo: o inferno do homem econômico", como alegado por Collier. Sob essa ótica, prevemos que a União Europeia, sem um senso que muitos chamam de "*patriotismo europeu*", está fadada a ser desmembrada, fragmentada. Com várias tentativas de união, mas tendendo ao desmembramento em maioria. E isso não é pelo distanciamento econômico e poder econômico diverso de cada um, mas sim por distanciamento de visão, interesses e valores (Collier, 2019, pos. 1112 e ss).

Um dos grandes problemas para construção desse mundo ético e que vai unir as políticas econômicas e sociais, transformando esse desenvolvimento econômico em melhores condições de vida e uma sociedade mais igualitária, é perceber os dois lados da moeda. Um lado dessa moeda, nos mostra que homem não importa somente como um ser

político individualmente, mas também como uma comunidade política identitária, e nesse sentido é possível de construir uma política económica identitária. Tomando a Europa como exemplo, enquanto o pensamento dos países do norte da UE tiverem “certo *mindset* económico”, e os países do sul da UE tiverem “outro *mindset* sobre as políticas económicas” (como é polémica do mutualismo de dívida na UE), estarão sempre a conversar e trabalhar sobre o que lhes fazem divergir e discordar, ao invés de estarem a dialogar e prestar atenção sobre os valores e princípios que os une. O outro lado da moeda é o direito de classes, etnias, género, opção sexual, cor de pele, religião e afins, que não pode vir a subjugar os direitos do cidadão como indivíduo de pensar ou agir diferente – o que infelizmente acontece muito ao redor do mundo – e quando tal fenómeno acontece, a tendência é gerar ainda mais segregação identitária e distanciamento social.

4.6.3. Distanciamento Social e o “Jogo de Soma-Zero”

Há dois conceitos muito conhecidos na teoria económica e na matemática, que é apresentado no estudo da teoria dos jogos. Um é o Jogo de Soma-Zero ou “*Zero-Sum Game*” e o outro é Jogo de Soma Não-Zero ou “*Non-Zero-Sum Game*”. De forma simples, o primeiro refere-se a jogos que o ganho de um dos jogadores representa necessariamente a perda para o outro jogador. Enquanto o segundo, o jogo de soma-não-zero são aqueles que difere dos de soma zero, pois o somatório dos pagamentos efetuados a todos jogadores não pode ser nulo, isto é, mesmo que um ganhe mais que o outro, no final, todos ganham. Por isso é muito usado em resolução de conflitos, arbitragem, mediação. E por isso também é chamado do jogo do “ganha-ganha”, em face ao jogo do ganha-perde.

Esses dois conceitos são importantes de serem apresentados, pois estamos vivendo numa estrutura económica e social que em muitos aspetos é disposta e organizada num “jogo de soma zero”, onde para eu ganhar, alguém necessariamente tem que perder. Muito dessas estruturas aumentam inadvertidamente as divisões de classe (distanciamento social), mas também sobre algumas delas pouco há o que se fazer quanto a isso. Já outras poderiam ser culturalmente melhor controladas e dispostas, como acontece com o sistema educacional e com o mercado de trabalho, Collier (2019, pos. 3705 e ss) comenta um pouco sobre isso a seguir:

Nos Estados Unidos entre 1981 e 1996, as horas de estudo das crianças na escola elementar tiveram um assombroso aumento de 146%. Na Grã-Bretanha, na última década, o índice de suicídios entre estudantes universitários aumentou 50%. Como o sucesso que os genitores muito exigentes cobram dos filhos tem alguns aspectos de soma zero, a pressão parental se transmite não só aos filhos, mas também aos outros.

Esse e outros aspetos comuns da sociedade moderna mostra-nos como vivemos numa estrutura social de soma-zero e como isso pode ser prejudicial a médio e longo prazo. O que deveríamos fazer, sempre que possível, é estabelecer sistemas de justiça, económicos e sociais, que se fundamentem em estruturas de soma-não-zero. Estes últimos dois séculos XX e XXI, colocam-nos sob uma perspetiva preocupante sobre nossas políticas económicas e sociais, e conseqüentemente sobre seus resultados. Estamos presos em erros de governança económica e social que geram desigualdade e segregação no aspeto ideológico, económico e social de forma cíclica, que nos parece ser em si uma constante “corrida do ouro”, um *loop*, e dessa corrida de soma-zero poucos conseguem escapar. E sob essa estrutura intrincada, poucos conseguem sair “ganhando” e sendo “vencedor”, por meio de uma estrutura de geração de valor ao outro e a sociedade.

O mal gerado por essa dita sociedade capitalista estabelecida não está nas ideias e no pensamento Smithiano, o sistema é amoral, a falha está nas entrelinhas do processo de sua aplicação pelos agentes envolvidos. Assim como uma arma de fogo é um instrumento destituído de moralidade, e o mal por ele possivelmente perpetrado só pode advir do agente que o utiliza para tais fins, assim também é a teoria económica visualizada e descrita por Smith, apesar de suas falhas.

Voltando a outro ponto discutido e trabalhado por Collier (2019, pos. 3705), quando o mesmo se refere a reduzir o “distanciamento social”, somos do pensamento que não devemos nos preocupar somente em reduzir a disparidade financeira entre as classes ou grupos sociais. O mais importante e começo de tudo é reduzir a distância dos valores morais e a numerosa e crescente polaridade, que está por se tornar a grande chaga de nosso tempo, e que vem a causar conflitos que têm mais âmago ideológico, cultural, isto é, subjetivo, do que de âmago racional e pragmático.

O mais acertado seria realmente um núcleo ético comum, de aspeto mais atemporal, onde os demais valores e princípios éticos o circundariam, possibilitando-lhe diversidades e diferenças. Onde esse núcleo seria pedra fundamental dos demais valores que o rodeiam. A noção de prosperidade seja de uma nação, empresa ou pessoa singular, é geralmente

estereotipada em dois viés, um positivo e outro negativo. Muitos numa forma de subconsciente coletivo, veem nações e empresários maus ao alcançarem sucesso e prosperidade. Acusam de capitalistas e imperialistas numa conotação negativa (Collier, 2019, pos.920). Com certeza boa parte de fenômeno advém dessa polarização e crise de valores comuns. Uma narrativa muito difundida num contexto de luta de classes, de exploradores e explorados, o que nos parece ser uma correlação e implicação falsa. Como foi dito, sempre nos parece perigoso, quando o direito de uma classe suplanta e subjuga o direito do cidadão como indivíduo. O resultado é instabilidade social e política, o resultado é mais polarização e segregação.

No nosso entender, não é saudável construirmos em nossa cultura geral um inconsciente coletivo de que a prosperidade a nível de nação, empresa ou indivíduo é algo moralmente mau e de virtude desgastada, fruto da soberba e avareza humana e, por outro lado, promulgar que a verdadeira virtude reside nos valores da pobreza, pois nela resulta a verdadeira humildade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto e argumentado ao longo do estudo é nesse momento do trabalho que discernimos mais profundamente sobre as nossas considerações e observações finais. Constatamos pontos importantes em nossa breve análise do pensamento Smithiano: O primeira é que na obra “Riqueza das Nações” de Adam Smith, o principal contributo do autor é descrever a evolução da Economia de Mercado e construção de riqueza ao longo da história humana e principalmente descrever uma nova forma de geração de riqueza que estava a surgir em seu tempo (Séc. XVIII); por fim, a partir desta abordagem detalhada, defender e estruturar seu modelo económico. O segundo ponto é que o liberalismo económico de Smith e de outros autores “liberais” foram usados pela burguesia em ascensão pois condiziam com seus objetivos de maior liberdade de comércio e menos intervenção por parte do estado. Já na época de Karl Marx (Séc. XIX), a burguesia já estava consolidada no poder (sociedade burguesa).

O terceiro ponto que precisa ser esclarecido e que também foi explanado ao longo da dissertação é que Adam Smith é pai do liberalismo económico, considerado à época o principal expoente da defesa das ideias que circundam o livre mercado. Não construiu um modelo económico chamado “Capitalismo”, mas é correto dizer que é a partir da defesa e uso de suas ideias que se forma o “sistema económico capitalista” onde a sociedade burguesa se estabelece no poder, o que hoje é sinónimo de sociedade capitalista. O uso inicial do termo capitalista (sistema capitalista) no sentido moderno que temos hoje, foi usado por vários autores do séc. XIX, mas foi popularizado principalmente por Karl Marx e Friedrich Engels em sua obra mais conhecida “O Capital” (Marx, 2017, pp. 7-8;103-174).

Como observado ao longo da dissertação, este sistema económico que toma como base o pensamento Smithiano não resulta necessariamente melhores condições de igualdade e justiça social, e pode até causar um certo distanciamento social entre os indivíduos que veem o fosso económico e de oportunidades se alargando.

Porém sem dúvidas, este sistema económico mais aberto gera indiretamente melhores condições e qualidade de vida, através do desenvolvimento social e económico que vem a circundar toda aquela comunidade, seja em melhores condições de higiene, saúde, remédios ou vacinas que são mais fáceis de serem produzidos e desenvolvidos pela

bonança gerada por essa Sociedade Capitalista. Então poderíamos dizer, sim, que o desenvolvimento económico, mesmo que indiretamente, traz certa evolução social. Mas também devemos ser claros e de que não podemos afirmar que ao elevar o bem-estar social trará também Justiça Social.

Outro ponto a considerar diante de tudo que foi estudado é que ganhar dinheiro é diferente de fazer dinheiro. O primeiro é tomar para si, “tomar” do outro, em dinâmicas sociais que geram os famosos “jogos de soma-zero”. Geralmente estes são os agentes económicos assalariados, onde não produzem riqueza “efetivamente” e prosperidade por si mesmos.

O segundo, “fazer dinheiro”, tem um sentido diferente, um sentido de produzir, criar onde não existia, investir, arriscar e inovar, estando aqui enquadrados os empreendedores, artistas, músicos, escritores, filósofos e académicos ativos, que geram alguma produção intelectual, as quais têm em si o potencial de mudar a realidade do mundo a sua volta.

O decorrer do estudo fez surgir um pensamento claro de que a prosperidade tem a ver com o excesso, tem a ver com ambição, tem a ver com ter mais que o necessário à subsistência normal. A prosperidade acontece no ponto de inflexão do ser, onde este para de buscar o mínimo e básico para sobreviver, e começa buscar ir além, é nesse ponto de mudança de direção (de *mindset*) onde a curva muda, que reside a verdadeira geração de riqueza. Tanto Adam Smith como Karl Marx concordavam que a geração de valor e riqueza advém do trabalho do homem (Marx, 2017, p. 118). Não queremos defender o contrário, mas achamos que podemos ser mais precisos e claros em determinar qual é o elemento ou qualidade dentro do escopo do trabalho, determinante para gerar essa prosperidade económica, e por fim propomos que esse seria o Capital Intelectual. Se procurarmos esquadrihar qual seria a maior Propriedade Intelectual (no sentido mais amplo de PI), o maior ativo que uma empresa pode ter, esse seria o Capital Intelectual de seus funcionários e gestores. Ademais, podemos também dizer que a maioria de toda Propriedade Intelectual produzida por essa empresa ou nação, advém dos mesmos.

Não estamos a afirmar que o Capital Intelectual, em todo o conceito construído aqui, é o único gerador de riqueza e valor, obviamente que não. O que estamos a defender e propor, é que a verdadeira Propriedade Intelectual (não como direito da PI, mas em essência) reside no Capital Intelectual. E esse Capital Intelectual é o impulsionador, o

motor para maior geração de desenvolvimento económico e indiretamente um maior desenvolvimento social, principalmente numa perspetiva Smithiana.

O faxineiro, o entregador de pizza, o atendente comercial, o motorista de autocarro, o segurança, a menina do caixa e muito outros, exceto casos extraordinários e fora da curva, não produzirão riqueza “efetivamente”. Decerto que contribuem cada qual em suas funções e com sua força de trabalho para sociedade como um todo. Ganham seu sustento e fazem em conjunto a economia girar. Mas, como deve-se notar, cada qual deles produz e consome muito próximo de suas necessidades. Em conjunto, são engrenagens essenciais para o bom funcionamento da economia e sociedade, mas não produzem nem uma engrenagem nova e nem um novo óleo para seu rápido funcionamento.

Já esses indivíduos, quando munidos de Capital Intelectual – da competência e do desejo de investir seu "ativo" na geração de valor, para além do que inicialmente foi posto – tem em si o potencial de gerar riqueza e prosperidade verdadeira. Os trabalhadores comuns, apesar de sua importância, em geral não alteram a realidade significativamente, não constroem algo novo, não inovam. Residem na necessidade básica, no reino dos comuns, no reino da passividade de alteração da realidade económica.

Como foi dito a verdadeira prosperidade tem a ver com ambição, tem a ver com buscar e lutar por ter mais que o necessário. É no Ponto de Inflexão de mudança de comportamento e mentalidade, buscando o próprio interesse e o dos seus, onde esse desejo vai além das suas próprias necessidades básicas, é nesse sentimento capitalista que reside o desenvolvimento económico e social do pensamento Smithiano.

As últimas décadas foram palco do período histórico de maior transformação social da humanidade. Hoje estamos diante uma nova sociedade, a sociedade da informação, uma nova era que tem como uma de suas bases e pilares de sustentação o conhecimento/informação, recurso este que é a matéria prima do Capital Intelectual. O desafio atual é a gestão de recurso de alto valor, e que é epicentro da geração de riqueza, e está intimamente ligado ao Capital Intelectual.

Por fim, podemos dizer que Adam Smith estava escrevendo sua teoria sobre a natureza e a riqueza das nações num momento histórico muito peculiar. Ele estava percebendo que estava surgindo um novo tipo de sociedade, e com ela uma nova estrutura comercial, que tinha um jeito novo de produzir riqueza social. A forma típica anterior de “produzir riqueza” era baseada na propriedade imobiliária/fundiária, isto é, o feudo, agora

passando para um tipo de sociedade onde a forma típica da riqueza é móvel, é o dinheiro, o papel-moeda⁶⁴.

Nesse sentido, se resumíssemos sua teoria numa palavra seria ela “liberdade”, uma liberdade na esfera privada e pública, uma liberdade de contratar e ser contratado, um sinónimo também de pouca ou quase nenhuma restrição comercial. Pois um dos pressupostos basilares da sua teoria é a existência de um direito natural aos homens, que garante a cada homem o direito a vida, a propriedade, a liberdade. Apesar de ser professor de lógica e filosofia moral (Smith, 2015, pos. 224), seu pensamento deu base científica a economia política da época, sendo para muitos, a primeira teoria de expressão social neste campo, trabalhando a propriedade, a relação dos indivíduos em relação a essas propriedades, racionalizando a produtividade em excesso no momento histórico em que ele vivia, conseguiu vislumbrar uma nova maneira de facilitar a geração de riqueza que surgia no horizonte.

Smith visualizou que essa riqueza – às vezes não por caminhos diretos – era distribuída para sociedade, seja pela forma de renda fundiária (proprietário fundiário), lucro (o burguês) e salário (operário). A defesa desse direito natural dos homens foi usada pela burguesia em ascensão – à sua época –, para ir contra o poder absolutista do monarca, que naquele tempo era garantido pela ideia de que estes detinham o direito divino de suas posições.

Como visto na teoria económica de Smith, o mesmo coloca um dos focos na defesa de que a riqueza de uma nação não advém dos metais preciosos e sim do trabalho humano. Sabemos que Adam Smith morreu cedo até, e a Revolução Industrial estava no começo, o mesmo não viu os avanços tecnológicos posteriores ao seu tempo e não tinha como imaginar toda a revolução científica e tecnológica que modificaria tanto os meios de produção, quanto os mercados que estavam por vir, no sentido de que economia de cada nação tornaria-se-ia cada vez mais globalizada, muito mais que no seu tempo, e cada vez mais dependente dos mercados de outras nações. Mas um fator positivo disso é também que as demandas (por bens e serviços) poderiam vir não só da própria população dos países, nem só das colónias em crescimento, no cenário atual, todos os indivíduos em todos os países se tornaram potenciais clientes.

64 A invenção do dinheiro no séc. VII a.C., revolucionou a forma de fazer comércio ao longo dos séculos, agora você tinha meio fácil de transportar, para trocar por qualquer coisa que precisasse e tivesse a venda.

Com grande visão, Adam Smith afirmou em sua época que a verdadeira riqueza de uma nação estava no trabalho humano. Diante desse novo cenário de um mercado global, e surgimento dos direitos industriais, somos da defesa do pensamento que a grande riqueza de uma nação está no Capital Intelectual humano aplicado na produção de bens e serviços.

Assim, em uma visão moderna de uma das ideias centrais de Smith, podemos dizer então que a riqueza está incutida no trabalho empregado pelo indivíduo no bem ou serviço, através da geração de valor se utilizando do conhecimento e do Capital Intelectual. Para que toda essa prosperidade seja refletida não só através do desenvolvimento económico de alguns é necessário que seja feito por meio de uma boa governança.

Essa Revolução Comercial gerou uma estrutura económica forte, complexa e avançada, e a Economia de Mercado agora está vindo acompanhada de um novo tipo de economia, a Economia do Conhecimento. Como foi mencionado, o conhecimento diz respeito a todo conhecimento como informação organizada e passível de ser usada de forma comercial, social ou política.

Enfim, somos da defesa que nenhuma teoria ou escola económica vai satisfazer todos os requisitos, mas podem completar-se, podem conectar as partes de cada ponto da história e explicar a transformação social e económica daquele momento no tempo. Por mais que se discuta, a certa altura e em certo momento, estamos todos sob o prisma ideológico, ético-cultural e contextual de nossas próprias percepções.

Epistemologicamente, a história do conhecimento humano é um produto de infindos e habilidosos tecelões, onde os fios que a tecem e a constituem repousam numa bela malha de interpretações, e a conduzem numa bela trama, que por muitas vezes é quase inesperada. Ora esses fios - de nossas opiniões e percepções -, estão por cima, ora estão por baixo, mas todos sob o jugo do espaço, do tempo e da gravidade do contexto sociocultural que nos faz perceber e defender aquilo que nos parece sempre justo ou julgamos moralmente correto.

Consideramos que o estudo do trabalho não se encerra com a entrega do mesmo, acreditamos que esta breve análise serve de ponto de partida para maiores aprofundamentos e pesquisas sobre o tema, decerto que o assunto tem inúmeras possibilidades e está distante de ser exaurido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmed, G. (2012). *Krugman Trade Theory and Developing Economies*. China-USA Business Review, ISSN 1537-1514 December 2012, Vol. 11, No. 12, 1557-1564. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose_Chavaglia/publication/281035011_COMING_G_BACK_FROM_CHINA_TO_USA/links/5c4ba7f592851c22a3910e19/COMING-BACK-FROM-CHINA-TO-USA.pdf#page=20, consultado pela última vez em 10.10.2020.
- Amer, K. & Noujam, J. (Diretores). Amer, K., et al. (Produtores). (2019). *The Great Hack*. [Documentário]. Estados Unidos da América: Netflix.
- Ascensão J. O. (2002). *Direito Intelectual, Exclusivo e Liberdade*. Revista – ESMAPE (Escola de Magistratura Federal da 5.^a Região) - v.3. Disponível em: <https://revista.trf5.jus.br/index.php/esmafe/article/view/127>, consultado pela última vez em 09.11.2020.
- Bobbio, N. et al. (1998). *Dicionário de Política*. Vol. I - trad. Carmen C, Varriale et al. - Brasília: Editora Universidade de Brasília. ISBN: 85-230-0309-6.
- Buainain, M. et al. (2009). *Propriedade intelectual e inovação na agricultura e saúde*. [art.]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250234849_Propriedade_intelectual_e_inovacao_na_agricultura_e_saude, consultado pela última vez em 30.11.2020.
- Buchanan, J. (2008). *Let Us Understand Adam Smith*. Journal of the History of Economic Thought, 30 (1), 21-28. DOI:10.1017/S1042771608000021. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1042771608000021>, consultado pela última vez em 30.11.2020.
- Butler, E. (2018). *Blaming capitalism for the failures of the state* - Adam Smith Institute. [Artigo on-line]. Disponível em: <https://www.adamsmith.org/blog/blaming-capitalism-for-the-failures-of-the-state>, consultado pela última vez em 03.11.2020.
- Coelho, P. M. N. (2016). *Rumo à Indústria 4.0*. (Dissertação de Mestrado). FCTUC: Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade de Coimbra. Coimbra: Portugal. Disponível: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/36992>, consultado pela última vez em 08.10.2020.

- Collier, P. (2008, March). *Paul Collier: Os Mil Millhões Mais Pobres* [Arquivo de vídeo]. Retirado do https://www.ted.com/talks/paul_collier_the_bottom_billion?language=pt#t-23367, consultado pela última vez em 30.11.2020.
- Collier, P. (2019). *O futuro do capitalismo: enfrentando as novas inquietações*. Tradução Denise Bottmann. 1.^a Ed. Porto Alegre [RS]: L&PM. ISBN: 978-85-254-3870-6. [Versão eBook Kindle]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/futuro-capitalismo-Enfrentando-novas-inquieta%C3%A7%C3%B5es-ebook/dp/B07SS5QCH1>, consultado pela última vez em 30.09.2020.
- Collodi, C. (2014). *As Aventuras de Pinóquio: História de um boneco*. Título original: *Le avventure di Pinocchio - Storia di un burattino*. Tradução de Ivo Barroso. Ilustrações de Alex Cerveny. Editora: Cosac Naify - São Paulo.
- Conjuntura Econômica. (Setembro de 2001). *Roberto Fendt, Entrevista: Hernando de Soto Polar - O Mistério do Capital*. (pp. 37-39). Disponível: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/31819/30611>, consultado pela última vez em 30.11.2020.
- Consejo General del Poder Judicial. (2001). *Derecho sobre propiedad industrial*. Imprime: LERKO PRINT, S.A. - Madrid. ISBN: 84-89230-46-3.
- Conway, E. (2015). *50 ideias de economia que você precisa conhecer*. Tradução Marcello Borges. 1.^o ed. São Paulo: Planeta. ISBN: 978-85-422-0519-0. [Versão eBook Kindle]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/50-ideias-Economia-Cole%C3%A7%C3%A3o-ebook/dp/B00Y96S26K/>, consultado pela última vez em 10.08.2020.
- Firth, A. (1997). *The Prehistory and Development of Intellectual Property Systems (Perspectives on Intellectual Property)*. (vol. 1). Published by Sweet & Maxwell Ltd. ISBN: 0-421-580-305.
- Fogleman, A. (Spring, 1992). *The Journal of Interdisciplinary History*. Vol. 22, N.º 4. pp. 691-709. Published by: The MIT Press. DOI: 10.2307/205241. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/205241?seq=1>, consultado pela última vez em 05.07.2020.
- Fry, M. (2005). *Adam Smith's Legacy: His Place in the Development of Modern Economics*. Editora: Routledge. ISBN: 9781134925858. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?>

[id=Vt2IAgAAQBAJ&dq=jan+tinbergen+adam+smith&hl=pt-PT&lr=](https://www.amazon.com.br/filosofia/Giambattista-Vico-1668-1744-COLECCION-BASILISCO-ebook/dp/B00FOLDMYQ/), consultado pela última vez em 16.04.2020.

García, S. F. (2013). *Análisis filosófico de la Ciencia Nuova de Giambattista Vico (1668-1744)*. Colección El Basilisco. Pentalfa Ediciones (Helicón S.A.). [Versão eBook Kindle]. ISBN: 978-84-7848-552-9. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/filosofia/Giambattista-1668-1744-COLECCION-BASILISCO-ebook/dp/B00FOLDMYQ/>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

Gonçalves, L. M. C. (2005). *Manual de Direito Industrial: Patentes, marcas, concorrência desleal*. Editor: Almedina S.A. - Coimbra. Depósito Legal: 234883/05.

Haynes, T. & Graham, J. (Direção). (2019). *Brexit: The Uncivil War*. [Filme]. Reino Unido : Channel 4 e HBO.

Hoppe, H-H. (2013). *Uma Teoria sobre Socialismo e Capitalismo*. Tradução Bruno Garschagen. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. ISBN: 978-85-8119-035-8 Disponível em: <http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/teoria.pdf>, consultado pela última vez em 17.07.2020.

Hoppe, H-H. (2018). *Uma breve história do homem: progresso e declínio*. Traduzido por Paulo Polzonoff. LVM Editora: São Paulo. ISBN: 978-85-93751-29-5. [Versão eBook Kindle]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Uma-breve-hist%C3%B3ria-homem-Progresso-ebook/dp/B07D7WPB14/>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

James, H. S. & Rassekh F. (2000). *Smith, Friedman, and Self-Interest in Ethical Society*. [Journal Article]. Business Ethics Quarterly – Vol. 10, n.º 3 (Jul., 2000), pp. 659-674. Published by: Cambridge University Press. DOI: 10.2307/3857897. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3857897?seq=1>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

Junqueira, J.R.C.M. (2003). *Resenha: O Mistério do Capital, de Hernando de Soto Polar* (pp.51-54). Informações Econômicas, SP, v. 33, n. 3, mar. 2003. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2003/ESPECIAL-MAR-2003.pdf>, consultado pela última vez em 08.11.2020.

Karier, T. (2014). *Capital Intelectual. 40 Anos de Prémio Nobel da Economia*. Tradução de Carla Pedro. Conjuntura Actual Editora: Coimbra. ISBN: 978-989-694-097-3.

- Kishtainy, N. (2018). *Uma breve história da economia*. Tradução por Janaina Marcoantonio. ISBN: 978-85-254-3847-8. [Versão eBook Kindle]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/breve-história-economia-Niall-Kishtainy-ebook/dp/B07RZLZX85/>, consultado pela última vez em 30.11.2020.
- Kwong, C.P. (2009). *Mathematical analysis of Soro's theory of reflexivity*. Artigo Científico. [Formato PDF]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/23951999_Mathematical_analysis_of_Soros%27s_theory_of_reflexivity, consultado pela última vez em 30.08.2020.
- Lopes, I. T. (2013). *A Gestão do Capital Intelectual e dos Intangíveis na Era do Conhecimento*. Escolar Editora: Lisboa. ISBN: 978-972-592-381-8.
- Maia, J. M. (2003). *Propriedade Industrial (Vol. 1)*. Editor: Livraria Almedina – Coimbra. Depósito Legal: 198523/03.
- Marx, K. (2017). *O Capital: extratos por Paul Lafargue*. Traduzido por Abgvar Bastos. Editora Veneta. [Versão eBook Kindle]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/capital-Extratos-por-Paul-Lafargue-ebook/dp/B0731SMDQK/>, consultado pela última vez em 30.11.2020.
- Marx, K., & Engels, F. (2012). *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução by Sergio Tellaroli. Published by Companhia das Letras in association with Penguin Group (usa) Inc. [Versão eBook Kindle]. ISBN: 978-85-8086-354-3. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Manifesto-Partido-Comunista-Karl-Marx-ebook/dp/B009WW7XW0/>, consultado pela última vez em 21.11.2020.
- Mello, A. S. (2014). *Manual de Direito de Autor (Manuais universitários)*. Editora Almedina: Coimbra ISBN: 978-972-40-5781-1.
- Milanovic, B. (2019). *The Future of Capitalism and the Utopia That Never Was*. [Artigo on-line]. Site: ProMarket. Disponível em: <https://promarket.org/2019/08/20/the-future-of-capitalism-and-the-utopia-that-never-was/>, consultado pela última vez em 15.11.2020.
- Nonnenberg, M. J. B. (2010). *China: estabilidade e crescimento econômico*. Brazilian Journal of Political Economy. Rev. Econ. Polit. n.º 2 – São Paulo: June 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200002>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

- Olavo, C. (1997). *Propriedade industrial*. Distribuidor: Livraria Almedina – Coimbra/Porto/Lisboa. Depósito Legal: 106806/97.
- Pressman, S. (2013). *Fifty Major Economists: Edition 3*. Editora: Routledge. ISBN: 9781136026881. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jXWAAAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>, consultado pela última vez em 15.11.2020.
- Segrillo, A. (2008). *Rússia: Economia e Sociedade*. (II CNPEPI.) - II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: 2008. Disponível em: <http://paineira.usp.br/lea/arquivos/trabalhos/angelo/11%20-%20angelorussiaeconomiaesociedade.pdf> , consultado pela última vez em 30.11.2020.
- Smith, A. (2013). *A mão invisível (Grandes ideias – Portuguese Edition)*. Published by Companhia das Letras in association with Penguin Group (usa) Inc. ISBN: 978-85-8086-721-3. [Versão eBook Kindle]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/mão-invisível-Grandes-Ideias-ebook/dp/B00DMKP5N2/> , consultado pela última vez em 15.11.2020.
- Smith, A. (2015). *Teoria dos sentimentos morais, ou , Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos, acrescida de uma dissertação sobre a origem das línguas*. Tradução Lya Luft [2.^a ed.]. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes (Coleção clássicos WMF). ISBN: 978-85-7827-808-3. [Versão eBook Kindle]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Teoria-sentimentos-morais-Adam-Smith-ebook/dp/B072BNT3HQ/> , consultado pela última vez em 06.08.2020.
- Smith, A. (2017). *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Tradução Norberto de Paula Lima [4. ed.]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. ISBN: 978 85 2094 139 3. [Versão eBook Kindle]. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/riqueza-na%C3%A7%C3%B5es-Cole%C3%A7%C3%A3o-Cl%C3%A1ssicos-Ouro-ebook/dp/B07363PH2Y/> , consultado pela última vez em 30.11.2020.
- Thiel, P. (2014). *De Zero a Um: O que aprender sobre empreendedorismo com o Vale do Silício*. [Versão eBook Kindle]. Tradução de Ivo Korytowski. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Objetiva. ISBN: 978-85-390-0637-3. Disponível em:

https://www.amazon.com.br/gp/product/B00O7ZN5KQ/ref=dbs_a_def_rwt_bibl_vppi_i0, consultado pela última vez em 30.11.2020.

Toffler, A. (1981). *The Third Wave*. A Bantam Book, published in association with William Morrow & CO., Inc. ISBN: 0-553-24698-4. Disponível em: http://era.gov.kh/eraasset/uploads/2020/02/Toffler.Alvin_.The_.Third_.Wave_.pdf , consultado pela última vez em 30.11.2020.

Vanin, C. E. (2016). *Propriedde Intelectual: conceito, evolução histórica e normativa, e sua importância*. [Artigo online]. Disponível em: <https://duduhvanin.jusbrasil.com.br/artigos/407435408/propriedade-intelectual-conceito-evolucao-historica-e-normativa-e-sua-importancia> , consultado pela última vez em 30.11.2020.

Wheten, D. A. (2003, jul/set). *O que constitui uma contribuição teórica*. Diretor do Faculty Center da Brigham Young University. Brigham Young University. Provo, Utah 84602. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/37425/36187>, consultado pela última vez em 30.11.2020.

WIPO (World Intellectual Property Organization). (Genebra, 2002). *Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual*. ISBN: 92-8050299-9. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_250.pdf , consultado pela última vez em 04.03.2020.